

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO**

SEGUNDA EDUARDO TOMÁS TAVARES

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA:
GARGALOS E OPORTUNIDADES**

SÃO LEOPOLDO

2013

Segunda Eduardo Tomás Tavares

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA:
GARGALOS E OPORTUNIDADES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, ênfase em Economia Internacional.

Orientador: Prof. Doutor Marcos Tadeu Caputi Lélis

São Leopoldo
2013

Segunda Eduardo Tomás Tavares

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA:
GARGALOS E OPORTUNIDADES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, ênfase em Economia Internacional.

Aprovada em ____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho aos meus pais, Pedro André Lucas e Conceição Tomás, eternos educadores de seus filhos e que, desde os meus primeiros passos, me ensinaram a acreditar que o melhor investimento de nossas vidas é a Educação; ao meu irmão mais velho, António José Lucas; às minhas irmãs caçulas, Antonia Lucas (Kinha) e Mariana Lucas (Neusa); e à minha sobrinha querida Ana Lucas (Aninha).

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, por seu constante amor e presença, pois sem Ele este sonho não seria realizado.

Àqueles que se doaram à minha causa e que durante os sete anos de minha permanência no Brasil foram obrigados a adiar seus projetos pessoais.

Aos meus pais, Pedro André Lucas e Conceição Tomás; ao meu irmão, António José Lucas; às minhas irmãs, Antonia Kibuco Lucas e Mariana Lucas; às minhas sobrinhas e sobrinhos Ana, Denis, Tavinho, Epifânia, Luqueni.

À família de Rubem Rech, meu eterno irmão em Cristo, e aos grandes amigos e amigas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que se tornaram parte importante da minha vida.

Aos docentes que sabiamente souberam transmitir e compartilhar os seus conhecimentos, doutor André Azevedo, doutora Angelica Massucheti e doutor Igor, os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador, doutor Marcus Tadeu, para o qual não tenho palavras para exprimir a prestimosa ajuda e orientação, evidenciados na elaboração deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos e que Deus continue abençoando-o com tamanha sabedoria.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a DEUS, não sou o que era antes”.

(Martin Luther King)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da África: os reinos pré-coloniais e Angola.	18
Figura 2 - Mapa de Angola: potencialidades de cada região no período colonial.....	21
Figura 3 - Estrutura de uma economia subdesenvolvida.	36
Figura 4 - O círculo vicioso do subdesenvolvimento de Nurkse.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução econômica de Angola (1953-1973).....	25
Quadro 2 - Principais indicadores socioeconômicos.....	41
Quadro 3 - Potencialidades econômicas das regiões de desenvolvimento.....	56
Quadro 4 – Angola: Índice de Qualidade Institucional (IQI).....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais indústrias de Angola e suas produções na era colonial.	22
Tabela 2 - Principais exportações de Angola (1930-1963).	23
Tabela 3 - Principais importações de Angola.	24
Tabela 4 - Pobreza extrema - Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia.	30
Tabela 5 - Composição do PIB de Angola (2008).....	54
Tabela 6 - Destino das exportações e origem das importações angolanas.	57
Tabela 7 – Angola: composição das exportações (US\$ bilhões) em 2011.....	61
Tabela 8 - Posição de Angola nos itens que compõem o indicador facilidade para a fazer negócios (2012 e 2013).	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNA	Banco Nacional de Angola
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DBI	Doing Business Indicators
FMI	Fundo Monetário Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
IBEP	Inquérito de Bem-Estar da População
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Direto Estrangeiro
IFC	International Finance Corporation
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPN	International Policy Network
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
WCD	World Development Indicators

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é analisar a base que sustenta o crescimento econômico em Angola, abordando os principais gargalos existentes nesse processo e as potenciais oportunidades a serem aproveitadas, visando promover o desenvolvimento socioeconômico do país. Apresenta-se uma revisão teórica sobre o tema do desenvolvimento econômico, levando em consideração a estrutura econômica subdesenvolvida de Angola. Ademais, situa-se historicamente a economia angolana, fazendo-se uma análise da formação econômica de Angola até o cenário atual. A partir das observações das teorias de desenvolvimento econômico, da estrutura histórica da economia angolana e de um levantamento bibliográfico dos relatórios de agências internacionais sobre a economia do país, determinam-se os principais gargalos que ameaçam o forte crescimento econômico atual de Angola. Além disso, especificam-se as principais oportunidades para que a economia possa deixar o estado de subdesenvolvimento socioeconômico e trilhar, em um futuro próximo, o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Economia angolana. Crescimento econômico. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the base that sustains economic growth in Angola, addressing the main bottlenecks in the process and the potential opportunities to be harnessed to promote the socioeconomic development of Angola. At first, characterized a theoretical review on the topic of economic development, taking into account the underdeveloped economic structure of Angola. Moreover, historically stood the Angolan economy, making an analysis of the economic formation of Angola to the present scenario. From the observations of the theories of economic development, the historical structure of the Angolan economy and a bibliography of reports of international agencies on the economy of Angola, it was determined the main bottlenecks that threaten the current strong economic growth in Angola. In addition, it was specified key opportunities for the economy to leave the state of economic underdevelopment and tread in the near future socioeconomic development.

Key Words: Angolan economy. Economic growth. Socioeconomic development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS GERAIS	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	16
2 SÍNTESE HISTÓRICA DA ECONOMIA ANGOLANA	17
2.1 HISTÓRIA ECONÔMICA DE ANGOLA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL	17
2.2 ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO COLONIAL (1930-1974)	19
2.2.1 Características Estruturais da Economia Colonial Angolana.....	20
2.1.2 Nova Política Econômica de Desenvolvimento da Colônia (1960-1974).....	26
2.2 ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975-2010).....	27
3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE UMA ECONOMIA EM ESTADO DE SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	29
3.1 POBREZA, MISÉRIA E SUBDESENVOLVIMENTO.....	29
3.1.1 Subdesenvolvimento	31
3.1.2 Estrutura de uma Economia Subdesenvolvida	33
3.2 ORIGEM E CONCEITO DA QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO....	36
3.2.1 Crescimento e Desenvolvimento.....	38
3.2.2 Desenvolvimento como Mudança de Estrutura.....	39
3.2.3 Indicadores de Desenvolvimento Econômico	40
3.3 ESTRATÉGIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
3.3.1. Crescimento Equilibrado ou Estratégia de Grande Impulso	43
3.3.1.1 Nurkse e o rompimento do círculo vicioso da pobreza	45
3.3.1.2 Vantagens e desvantagens do crescimento diversificado	48
3.3.2 Crescimento Desequilibrado como Estratégia de Desenvolvimento.....	49
4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA: GARGALOS E OPORTUNIDADES	52
4.1 SITUAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA ANGOLANA	52
4.2 GARGALOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA.....	60
4.2.1 Dependência da Economia Angolana do Setor Petrolífero.....	60
4.2.2 Fragilidade Institucional.....	62
4.2.3 Existência de Mercado Informal.....	65
4.3 OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA ANGOLANA	66
4.3.1 Receitas Fiscais	66
4.3.2 Estratégia de crescimento equilibrado	67
4.3.3 Estratégia de Crescimento Desequilibrado	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	71
ANEXO A – SALDO (ENTRADA E SAÍDA) DE FLUXOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIRO DIRETO EM ANGOLA	75

1 INTRODUÇÃO

Os países do continente africano foram os países que deixaram de ser colônia mais recentemente. Entre eles está Angola, que passou por 500 anos de colonialismo português, tendo sua independência proclamada apenas em 11 de novembro de 1975. Esta foi fruto da luta empreendida por três movimentos de libertação nacional: o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), de orientação soviético-marxista; a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Angola, na era colonial, sofreu dupla dependência ou colonialismo por dependência, cujas características foram a dependência econômica da metrópole, Portugal, e as decisões que eram tomadas pelos capitais internacionais com interesses econômicos em Portugal e suas colônias (MENEZES, 2000, p. 31). No caso de Angola, em específico, a existência de riquezas minerais de elevado valor econômico em abundância, como petróleo, gás, ferro, cobre, manganês e diamante, entre outras, foram elementos motivadores desses interesses.

No entanto, com a independência, veio a guerra civil, em que Estados Unidos e União Soviética, com interesses estratégicos em Angola, alimentaram um conflito que foi o mais longo da história da Guerra Fria. Esse conflito acabou em 2002, anos depois da queda da União Soviética.

Com a paz, surgiu a oportunidade de reorganização da sociedade e da economia. Assim, passados 36 anos da proclamação da independência e apenas oito anos de paz efetiva, a economia angolana tem apresentado um crescimento econômico cada vez mais intenso, de tal forma que, em 2010, seu Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 12%, sendo o maior de sua história. No entanto, esse crescimento ainda é muito recente para conseguir suprir as condições precárias em todos os aspectos da vida da população decorrentes da guerra civil e do período colonial (BURITY, s.d.).

É desse desenvolvimento econômico recente que trata esta dissertação, analisando as potencialidades, os gargalos para o crescimento econômico e o desenvolvimento social de Angola.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os economistas sempre tiveram na existência de recursos naturais e nas exportações ou no comércio internacional a fonte de crescimento econômico. A escola mercantilista

percebia os estoques de ouro e prata como a fonte mais desejável de riqueza, mas essas só poderiam ser obtidas com uma balança comercial favorável para o país, e, para isso, todos os esforços deveriam ser empreendidos (Oser, Blanchfield, 1983). Já Adam Smith tinha nas vantagens absolutas e no livre-comércio a forma de expandir a economia, e David Ricardo tinha no comércio internacional a forma de ampliar os lucros em função dos rendimentos decrescentes da terra e do custo do trabalho (RIMA, 1990).

Heckscher-Ohlin (H-O) explicam o comércio internacional, com uma visão neoclássica, como função da diferença nas dotações de fatores entre os países, e o modelo Hecksher-Ohlin-Samuelson afirma que o comércio internacional produz um equilíbrio que é Pareto eficiente¹ e é o meio pelo qual os países em desenvolvimento podem atingir concomitantemente crescimento econômico e aumento dos salários reais (JAYME JÚNIOR, 2001).

Ainda, modelos keynesianos, como o modelo de crescimento com restrição de balanço de pagamentos de Thirlwall, percebem o comércio internacional como uma fonte do crescimento em função do acréscimo da demanda via exportações (JAIME, 2001). Nessa mesma linha, a Teoria da Base Exportadora considera que crescimento das exportações gera efeitos multiplicadores na economia nacional, em função de demanda para os produtos não exportadores, elevando a taxa de crescimento do país (SOUZA, 1997).

Souza (1997) afirma que, ao se analisar a história econômica dos países desenvolvidos, é possível verificar que a expansão das suas exportações foi fundamental para o desenvolvimento econômico desses países.

Entretanto, diversos economistas têm criticado a existência de superávits elevados baseados nas exportações de *commodities* em função da valorização cambial e de possíveis consequências no setor industrial desses países (NAKAHODO; JANK, 2006). Nesse sentido, Pereira (2012) afirma que, além do efeito da valorização cambial, conhecido como maldição dos recursos naturais ou doença holandesa, a abertura financeira não agrega a poupança externa à interna, mas que aquela substitui esta e, ainda, que a abertura da economia para investimentos diretos faz com que se entreguem aos estrangeiros ativos de elevado valor sem que, com isso, o país, necessariamente, consiga ingressar no mercado dos países ricos.

Ainda, como países exportadores de produtos não renováveis, como o caso de Angola, os governos deveriam aproveitar as receitas fiscais oriundas da exploração dessas

¹ A definição de uma alocação eficiente de Pareto enuncia que um determinado equilíbrio de mercado será eficiente se não for possível melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro. Para que haja Pareto eficiente, é necessário que haja eficiência na troca, na produção e na combinação de produtos.

commodities para promover o desenvolvimento das futuras gerações, por meio de investimentos em educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura. Ou seja, numa visão de longo prazo, somente o reinvestimento das divisas oriundas do petróleo em bens de capital, quer físico, quer natural, compensaria as perdas que advêm do mau uso dessas receitas, e o país se tornaria mais rico, de forma sustentável (STIGLITZ, 2008).

Se, por um lado, pode-se elencar, como benefício principal de possuir recursos naturais, a entrada maciça de divisas no país, por outro lado, têm-se muitas desvantagens caso esse benefício não seja administrado adequadamente, podendo até vir a ser um problema, como o que ocorreu com a Inglaterra e a Holanda com a descoberta de petróleo no mar do Norte e do gás natural. Assim, a exportação ou a existência de recursos naturais em grandes quantidades pode ser uma fonte significativa de receita, mas também pode permitir a acomodação dos governos, gerando falta de interesse para implementar reformas e políticas que visem ao crescimento e ao desenvolvimento do país (SACHS; WARNER, 1999).

Com base no que foi apresentado, e considerando que Angola é um país extremamente rico em recursos naturais, que suas receitas tributárias dependem basicamente da produção desses segmentos, e que grande parte da população vive ainda em condições de pobreza e com grandes desigualdades sociais, formularam-se as seguintes questões: em que base tem-se dado o crescimento econômico em Angola e quais os principais gargalos existentes nesse processo? E ainda: quais as potenciais oportunidades que devem ser aproveitadas para promover o desenvolvimento social e econômico de Angola? Assim, capítulos que seguem se propõem a responder esses questionamentos.

1.2 OBJETIVOS GERAIS

Analisar em que base tem-se dado o crescimento econômico em Angola e quais os principais gargalos existentes nesse processo e as potenciais oportunidades a serem aproveitadas para promover o desenvolvimento socioeconômico de Angola.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta dissertação pretende contribuir tanto no aspecto teórico, ao compreender o crescimento econômico de Angola, que é um país rico em recursos naturais e neles tem sua

economia fundamentada, como também pretende que os resultados obtidos possam servir de base para os planejadores públicos angolanos ao estabelecerem suas políticas econômicas.

Ainda, esta dissertação também se justifica por sua oportunidade e viabilidade. Oportunidade, pois o tema sobre a maldição dos recursos naturais tem estado em discussão em razão de que outros países, como o Brasil, por exemplo, possam estar sofrendo as consequências desse, fenómeno por ter uma pauta de exportação fundamentada em *commodities* e também por estágio de desenvolvimento da economia angolana, visto que o país, em 2012, possuía apenas oito anos de paz após sua declaração de independência.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além da introdução, esta dissertação está estruturada em mais três capítulos.

O capítulo 1 traz a síntese histórica da economia angolana, por meio da análise de três períodos principais: pré-colonial, colonial e o período pós-independência, que engloba o cenário atual da economia angolana.

O capítulo 2 apresenta a sustentação teórica do trabalho, revisando as principais bases em que se sustentam as questões relacionadas ao subdesenvolvimento, crescimento econômico e desenvolvimento social e econômico.

O capítulo 3, considerado um dos principais tópicos do trabalho, apresenta uma discussão em torno do grande crescimento econômico observado na economia de Angola, e tenta analisar os principais gargalos existentes e as principais oportunidades, para que esse crescimento possa servir de fonte de promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Por fim, o capítulo 4 traz as considerações finais deste trabalho.

2 SÍNTESE HISTÓRICA DA ECONOMIA ANGOLANA

A denominação “Angola” deriva da denominação do quarto rei do Ndongo, chamado Ngola Kiluange ou Ngola Inene, imigrante vindo do kongo, sucessor e sobrinho do Ngola Kimbanda. Foi empossado no poder reinal após a morte de seu tio. Esse reino fora criado pelos povos Mbundus e era um dos Estados subordinados do Congo.

A história econômica da República de Angola pode ser subdividida em três períodos importantes: o primeiro compreende a economia angolana na era pré-colonial, quando se tem a formação dos meios de produção e a estrutura social existente nos povos que habitavam essa região; o segundo refere-se ao período colonial, que durou 500 anos; e o terceiro retrata as bases estruturais da economia angolana na era pós-colonial.

Assim sendo, este capítulo divide-se nesses períodos, porém, com ênfase nos anos pós-1900, tratando de forma sucinta os anos anteriores. Justifica-se essa opção de análise temporal, para que se possa compreender a natureza da sociedade angolana e suas principais fases. Nos séculos XX e XXI, tem-se então, a fase da estruturação atual das economias modernas.

2.1 HISTÓRIA ECONÔMICA DE ANGOLA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Em relação à economia angolana no período pré-colonial, existem muito poucas informações, o que se constituiu em uma barreira para o desenvolvimento desta seção.²

Antes da chegada dos portugueses na região que hoje constitui o território angolano, essa região era ocupada pelos bochimanes,³ que desapareceram com a chegada dos povos que migraram da África Oriental, Central e Meridional, denominados “bantos”, cujo termo significa “homem”. Interessante que esses povos possuíam uma organização administrativa e econômica bastante desenvolvida. Os bantos constituem a base da formação racial hoje em Angola.

Do ponto de vista administrativo, os povos bantos estavam organizados em reinos ou grupos étnicos como: reino do Congo, surgido entre meados dos anos 1300 e 1400, ocupando

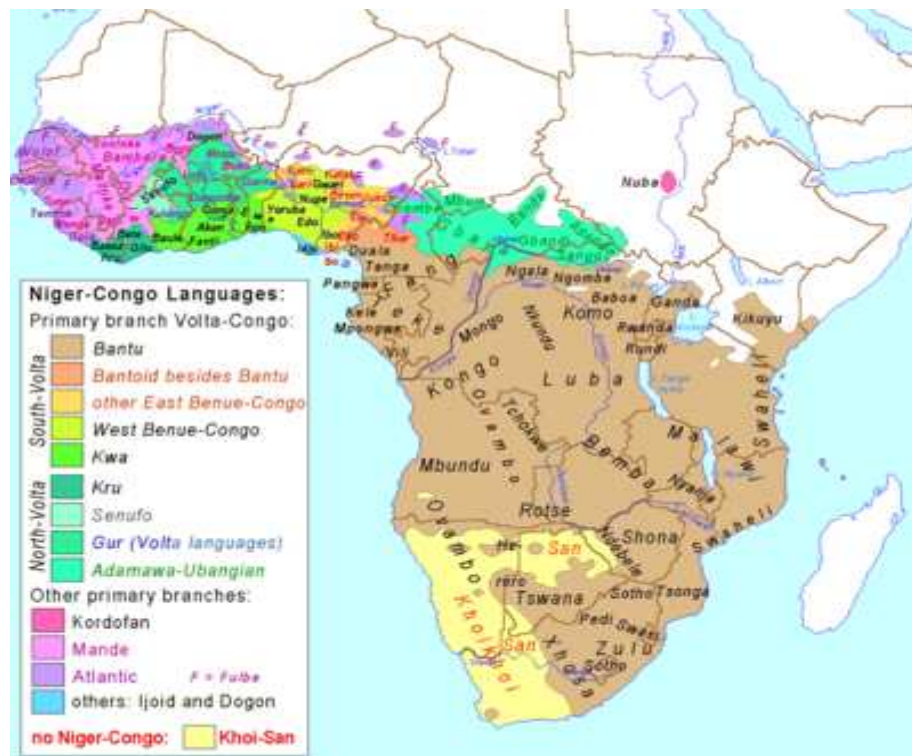
² Em função da falta de dados e informações sobre a história econômica de Angola no período pré-colonial, para a construção desta seção foi utilizada uma única fonte: Angola Pré-Colonial e a Chegada dos Portugueses, disponível no site Huambodigital.

³ Atribui-se ao desaparecimento dos povos Boschimanes do território angolano, a fatores como a redução do seu território de caça devido a instalação dos agricultores bantus.

a atual região fronteiriça entre a República de Angola e a República Democrática do Congo; reino do Ndongo, localizado ao sul do Congo; reinos da Matamba, Kassange, e Lunda, localizados a este do Ndongo; reinos do Bié, Bailundo, Cyaca, localizados no planalto a Este da atual província de Benguela; e, por fim, o reino dos Kwanyama, localizado na região Sul de Angola, que integra, nos tempos atuais, a região fronteiriça entre as Repúblicas de Angola e Namíbia.

Esses reinos surgiram no século XIII. Um dos primeiros foi o reino do Congo, considerado uma das maiores entidades políticas nesse período. Não se têm informações claras sobre as principais relações existentes entre esses reinos, mas evidências demonstram que eles mantinham certo tipo de relações, tal é o caso do reino do Congo, que fez alianças com os Estados vizinhos para se defender contra a chegada de estrangeiros. Outro exemplo é o caso do reino do Ndongo, que também formou uma grande coligação com outros reinos, para forçar os portugueses a se retirarem.

Figura 1 - Mapa da África: reinos pré-coloniais e Angola



Fonte: Index Maps of Africa.

Em torno do século XVI,⁴ antes da chegada dos portugueses no território angolano, os povos que o ocupavam já praticavam uma intensa atividade comercial entre os reinos mencionados, baseada na produtividade agrícola e na exploração mineira, principais atividades econômicas da região. Esse comércio estava restrito ao continente africano, visto que umas das principais dificuldades eram os poucos conhecimentos sobre a navegação, de tal forma que o mar foi um dos obstáculos físicos ao comércio com outros povos.

As primeiras relações comerciais com povos não africanos com os moradores na atual região de Angola foram com os portugueses, em 1482, com a chegada da primeira delegação portuguesa no território angolano, comandada pelo capitão português Diogo Cão. As primeiras trocas comerciais entre Portugal e Angola ocorreram na foz do rio Zaíre. Nessa ocasião, os portugueses trouxeram armas de fogo, recebendo em troca, por parte dos reinos de Angola, produtos, como escravos, marfins e minerais.

Então, conforme evidenciado nesta seção, antes da chegada dos portugueses em Angola, já havia certa organização administrativa e econômica, com a prática de atividades econômicas produtivas, como a agrícola e a mineral. Esse foi o cenário encontrado pelos colonizadores portugueses ao desembarcarem no território angolano.

2.2 ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO COLONIAL (1930-1974)

Ao dominar politicamente o território africano, Portugal colocou sob seu domínio povos em um território que passou a ser denominado de Angola. Assim, a produção desse novo país passou a ser subordinada aos interesses da Coroa portuguesa, que tinha, como obrigatoriedade, dedicar-se à agricultura vegetal⁵ e à atividade extrativa.⁶ No entanto, a colônia só poderia produzir o que a metrópole não tinha condições de fazer; em suma, a função principal da economia colonial era servir à metrópole aqueles produtos que ela necessitava e não tinha condições de produzir.

⁴ A primeira grande entidade política a surgir em Angola no século XIII foi o reino do Congo, que três séculos depois já contava com uma população de quase 50 mil habitantes e cuja principal riqueza era de origem agrícola.

⁵ Os principais produtos produzidos eram óleo de palma, café, sisal, algodão e milho.

⁶ Os principais produtos extraídos eram diamante e petróleo bruto.

2.2.1 Características Estruturais da Economia Colonial Angolana

Durante o período colonial, o fator principal e essencial de produção que dinamizava a economia angolana era o fator trabalho, considerado o grande pilar do sistema de exploração colonial, visto que um dos principais interesses da potência colonial era o fomento de uma economia de exportação tropical (café, milho, sisal, algodão e óleo de palma) e extrativa (diamantes e petróleo bruto), apoiado na manutenção do trabalho forçado. Então, pode-se notar que, durante esse período, esse fator de produção era pouco remunerado.

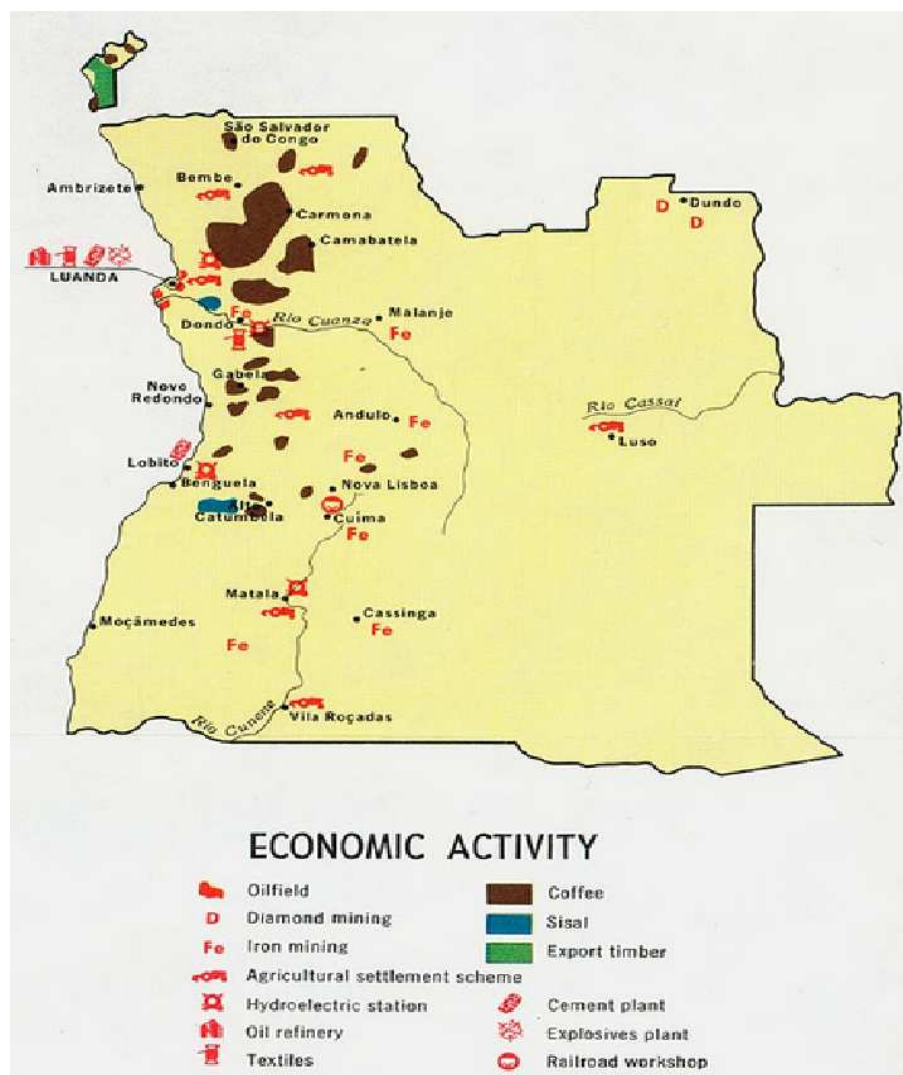
O fator capital era totalmente incipiente devido à fraca poupança interna e também a diminutas verbas que a metrópole disponibilizava para a colônia. Também todas as receitas oriundas das exportações de Angola eram canalizadas para o banco de Portugal, que as destinava para os interesses da metrópole. Além disso, os capitais internacionais encontravam dificuldades de penetração em Angola, devido a políticas protecionistas da potência colonizadora, que insistia em dar prioridade aos investimentos portugueses.⁷

Já o sistema fiscal colonial era totalmente favorável à potência colonizadora e era baseado em um método duplo: um indireto, que consistia de um sistema de impostos que forçava a obtenção de rendimentos monetários por meio da aplicação de leis fiscais por parte dos funcionários da administração; e outro direto, por meio do trabalho forçado sob variadas formas. Segundo Rela (1992, p. 27-28), com a implementação do sistema colonial em Angola, diversos mecanismos foram impostos para garantir o desenvolvimento do próprio sistema, como a apropriação de terras, a implantação de um sistema de recrutamento da força de trabalho, a imposição de culturas obrigatórias, o desmembramento das redes comerciais locais e a introdução de impostos generalizados à população.

Em termos produtivos, pode-se afirmar que a economia Angolana na era colonial estava baseada na produção agrícola e industrial: Quanto à produção agrícola, pode-se verificar que o setor produtivo existente até 1960 era basicamente constituído por plantações. A Figura 2 mostra o mapa de Angola e a distribuição da produção regional no período colonial, além da especificidade de cada região. Pode-se observar que as principais atividades agrícolas localizavam-se na região noroeste: regiões do baixo Cuanza, baixo Zaire e planalto de Malange.

⁷ Dados do Banco de Angola. (1939).

Figura 2 - Mapa de Angola: potencialidades de cada região no período colonial



Fonte: Index Maps of Africa.

As principais produções das regiões citadas acima eram café, algodão e açúcar; outras regiões, devido às condições favoráveis, tinham a especificidade na produção de outras culturas, como milho, banana e sisal (VALÉRIO; FONTOURA, 1994).

Quanto ao setor industrial, verificou-se que, no período 1930-1950, não havia políticas econômicas da metrópole para a industrialização de Angola e a atividade industrial produtiva era totalmente extração mineral. Muitas vezes, atribui-se à existência de indústrias extrativas e transformadoras nesse período, mas que a rigor se tratava de atividades primárias. Então, as principais indústrias existentes em Angola nesse período eram a extrativa e a transformadora.

A Tabela 1 mostra as principais indústrias existentes em Angola na era colonial e suas produções.

Tabela 1 - Principais indústrias de Angola e suas produções na era colonial

Indústrias	1938	1952
Indústrias Extrativas		
Diamantes (quilates)	661260	743.302
Asfalto (toneladas)	(a)	21.623
Sal (toneladas)	(a)	47.510
Indústrias Transformadoras		
Açúcar	39.952	46.590
Farinha de peixe	1.446	28.488
Sabão	1.036	3.279
Peixe Seco e em Salmoura	(a)	31.986

Fonte: Elaboração própria apartir dos dados do Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Ultramar, Lisboa, (1958).

Nota: (a) Resultado ignorado.

Quanto às principais exportações e importações (balança comercial) de Angola na era colonial, é importante, primeiramente, ressaltar que o ato ou tratado colonial de 1930 definia o princípio do comércio preferencial. Tal princípio mencionava que as colônias tinham o papel de fornecer e exportar matérias-primas, abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, inibindo, assim, a criação e o desenvolvimento de seu setor industrial (FERREIRA, 1985).

A Tabela 2 apresenta as principais exportações de Angola nos anos 1930, 1935, 1940, 1945, 1950, 1955 e 1960.

Tabela 2 – Principais exportações de Angola (1930-1960)

Exportações	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960
Café	11839	10277	11066	-----	58860	31948	87217
Sisal	422	4295	6198	-----	21250	41369	58571
Algodão	780	399	3502	4360	4058	6266	8894
Milho	66629	-----	-----	105877	189477	53533	117111
Óleo de palma	-----	-----	-----	-----	11391	8294	13004
Farinha de peixe	-----	-----	2212	-----	31329	50245	45085
Açúcar	-----	27657	-----	48140	43103	30567	46899
Diamantes (produção quilates)	-----	-----	784271	803887	538867	743377	1056827
Ferro	-----	-----	-----	-----	-----	6096	5458

Fonte: Elaboração própria apartir de Ferreira (1985).

Nota: (a) Os dados são todos expressos em contos, que era a moeda portuguesa na época.

Como mostra a Tabela 2, os principais produtos exportados por Angola eram os de origem agrícola, como café, sisal, algodão, milho, e também os produtos da indústria transformadora, como óleo de palma, farinha de peixe, açúcar, e, por fim, produtos da indústria extrativa, como o diamante e o ferro. Verifica-se que as receitas desse comércio exterior eram simplesmente para enriquecer o Estado português, as sociedades comerciais portuguesas dos colonos e as empresas estrangeiras.

As importações oriundas da metrópole eram basicamente constituídas por produtos de origem industrial, conforme pode ser observado na Tabela 3. Dessas importações, pode-se verificar que, durante esse período, era notória a importação de automóveis, acessórios e materiais de caminho de ferro, o que denota, por parte da potência colonizadora, o esforço para o lançamento das infraestruturas de transporte em Angola.

Tabela 3 – Principais importações de Angola

Importações	1951	1955	1960
Equipamentos industriais e agrícolas	12,1(a)	15,3	14,5
Materiais de caminhos de ferro	2,75	2,21	4,02
Bebidas alcoólicas	10,69	9,62	9,72
Automóveis e acessórios	9,46	10,40	10,65
Remédios	1,69	1,96	2,17
Combustíveis e lubrificantes	4,36	5,26	5,55
Têxteis e calçados	19,10	14,36	12,71

Fonte: Elaboração própria apartir de Ferreira (1985).

Nota: (a) Inclui ferro e aço brutos e semielaborados.

Analisada a balança comercial da economia angolana na era colonial, mostrando as exportações e importações, segue a análise de alguns indicadores econômicos.

Os principais indicadores econômicos de Angola na era colonial, como variação do PIB, PIB *per capita*, número de habitantes e índices de preços, demonstram certa evolução ou crescimento da economia no período 1953-1973, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Evolução econômica de Angola (1953-1973)

Ano	Produto interno bruto(preços correntes) (10 escudos)	Índice de preços (base: 1963)= 100	Produto interno bruto (preços de 1963) (10 escudos)	População (10 habitantes	Produto interno bruto por habitante (preços de 1963) (escudos)
1953	9	93	10	4306	2239
1954	9	93	10	4406	2285
1955	10	94	10	4474	2318
1956	10	95	11	4543	2351
1957	10	95	11	4613	2385
1958	11	94	12	4684	2463
1959	11	97	12	4757	2470
1960	12	95	12	4830	2528
1961	13	91	14	4908	2829
1962	13	98	14	4988	2718
1963	15	100	15	5069	2924
1964	19	106	18	5151	3436
1965	19	112	17	5235	3272
1966	22	116	19	5319	3597
1967	25	125	20	5406	3653
1968	28	130	22	5493	3973
1969	34	141	24	5582	4289
1970	39	146	27	5673	4735
1971	42	155	27	5851	4641
1972	46	168	27	6034	4536
1973	59	200	29	6223	4717

Fonte: Elaboração própria apartir de Moura *et al.* (1991).

Nesse período, o PIB era geralmente constituído por bens primários e bens provenientes das indústrias transformadoras e extrativas. É importante destacar que a evolução observada no Quadro 1 é fruto de certa preocupação da metrópole em fomentar políticas de incentivo à indústria, a qualificação da mão de obra, através de alguns investimentos na educação, e a entrada de fluxos de capitais para a criação de uma poupança interna.

É importante ressaltar que uma das grandes barreiras à modernização da economia angolana foi a debilidade dos mecanismos monetários — visto que a principal moeda, durante longo tempo, foi o álcool, apesar de a metrópole proibir seu uso — e o sistema de crédito totalmente deficiente. Verifica-se, nessa época, pouca oferta de crédito. Com a criação da junta da moeda de Angola, a monetarização da economia seria um fato consumado. A essa junta cabia a função de gerir um fundo de reserva monetária para facultar a cobertura das

transferências entre Angola e a metrópole. Em 1926, cria-se o Banco de Angola, com o objetivo de estabilização da moeda. Devido a essa monetarização, seria possível medir, já nesse período, a evolução do produto real por habitante em Angola.

Nesse sentido, as principais políticas econômicas sérias de Portugal para com as suas colônias só começaram a ser observadas a partir de 1960, com a criação do programa Nova Política Econômica de Desenvolvimento da Colônia, fruto de certa pressão de angolanos que almejavam a independência do país.

2.1.2 Nova Política Econômica de Desenvolvimento da Colônia (1960-1974)

Infelizmente, até 1960, Portugal não tinha uma política econômica bem delineada para a sua colônia, Angola. A partir desse ano, observam-se alguns esforços por parte da potência em definir rumos para fomentar e desenvolver atividades industriais, acompanhados de alguns incentivos para a mínima qualificação da mão de obra existente e de pequenos investimentos em setores-chave da sociedade angolana, como o setor de educação. Um dos objetivos principais da metrópole era desenvolver as indústrias extrativas e de transformação e ainda diversificar a produção agrícola. Nesse período, Portugal assume uma nova postura perante a sua colônia, com a criação, em 1961, do espaço econômico português, que se baseou em dois instrumentos:

- uma zona de livre-comércio (ZLC), que abrangia o território nacional português e suas colônias africanas;
- um sistema de pagamento interterritoriais, denominado zona do escudo, com vista a assegurar a liquidação das transações de mercadorias, serviços e capitais (NETO, 1991, p. 76).

Nesse mesmo período, Portugal cria os planos de fomento I e II com vista a dinamizar a atividade industrial em Angola. Esses planos chegariam a ter retornos consideráveis, mas em curto prazo, visto que em 1975 era proclamada a independência de Angola e a total retirada dos portugueses do território angolano.

Faz-se importante mencionar que a abertura econômica que Angola evidenciou nos últimos anos da economia colonial e as novas políticas econômicas permitiram um grande crescimento da balança comercial.

2.2 ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975-2010)

Após a independência de Angola, o MPLA, assumindo o socialismo marxista, impediu o próprio país de seguir economicamente a opção capitalista e a consequente relação com os países ocidentais, o que se constitui em um paradoxo, pelo fato de a economia do país suportar-se na dependência dos capitais internacionais, provenientes de países de economias capitalistas. A nova elite angolana, com o desejo de reconstruir e desenvolver o país, estabeleceu negociações com os capitais internacionais e deu origem ao enclave do petróleo, que, segundo Menezes (2000, p. 34), se constitui na parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído, e consequentemente, sendo responsável pela formação de organismos mistos, de *joint-ventures*.

Angola herdara a “dependência dos capitais internacionais” cristalizada na dependência do enclave do petróleo, fazendo emergir uma espécie de “socialismo dependente de relações capitalistas” (MENEZES, 2000, p. 35).

Países com pauta de exportação comoditizadas constituem economias fragilizadas devido à volatilidade do preço internacional das *commodities*; este será um dos principais fatos da diferenciação entre *commodities* e manufaturas (SINNOT; NASH; DE LA TORRE, 2010). Assim o país, ao depender de receitas tributárias provenientes da exploração dos recursos naturais, se constituía com uma economia fragilizada, em função das variações do preço do petróleo no mercado internacional. Por exemplo, após a grande queda do preço do petróleo no período 1985-1986, o governo se engajou na busca de alternativas ou empréstimos nos países superavitários, o que levou o país a um endividamento externo.

A criação de alguns programas econômicos do governo angolano sinalizava também essa migração. O Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), criado em 1988, apresentava, em suas medidas, etapas ou características típicas de uma economia de mercado, exigindo ajustes cambiais, melhoria de eficiência, valorização do sistema de preços e da concorrência. Mas foi com o Plano de Ação do Governo (PAG), criado em 1991, que se iniciaram efetivamente as transformações na economia.

A lenta transformação por que passou a economia angolana é apontada por muitos autores como o motivo principal do fortalecimento das “elites econômicas” locais, nascida entre os exploradores do mercado paralelo, da burocracia estatal e dos chamados “empresários nacionais” (MENEZES, 2000, p. 38).

Com a assinatura dos acordos de paz em 1991, a economia angolana adere definitivamente à economia de mercado. Após a realização das primeiras eleições, em 1992, o país mergulha de novo numa guerra civil, que teve seu fim em 2002.

Durante a guerra civil que assolou o país entre 1975 e 2002, no período pós-independência, Angola herdou consequências drásticas que inviabilizariam o crescimento e o desenvolvimento de sua economia, como a destruição da maior parte da infraestrutura urbana, das vias de transporte, das barragens hidroelétricas, das redes de distribuição de energia e de fornecimento de água, e dos sistemas de irrigação. A produção agrícola se desestabilizou devido ao êxodo cidade/campo, consequência da fuga da população dos locais de conflito para locais seguros, e à perda de terras férteis para o cultivo, em função da existência de minas terrestres. Isso desencadeou uma herança histórica que deixou em total estado de precariedade a economia e, por consequência, estado de subdesenvolvimento.

A seguir, serão abordadas as bases teóricas do subdesenvolvimento, do crescimento econômico e do desenvolvimento social e econômico.

3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE UMA ECONOMIA EM ESTADO DE SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é analisar as bases estruturais de uma economia subdesenvolvida e também das economias desenvolvidas, observando, principalmente, a relação existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico. Ainda será observada a questão do desenvolvimento sustentável, que é de suma importância. Por fim, serão abordadas as estratégias de industrialização para se atingir o desenvolvimento econômico.

Para tanto, este capítulo se divide em quatro seções. A primeira trata do tema economia e subdesenvolvimento. A segunda busca delimitar os conceitos pertinentes a uma economia desenvolvida. A terceira discute a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico. A quarta e última apresenta alguns indicadores de desenvolvimento econômico.

3.1 POBREZA, MISÉRIA E SUBDESENVOLVIMENTO

Conceituar pobreza não se torna uma tarefa fácil pelo fato de existir um conjunto de formas para a sua definição, mas, no contexto deste trabalho, utiliza-se a noção de pobreza absoluta e relativa. A pobreza absoluta refere-se a indivíduos ou famílias que se encontram em estado de carência alimentar, isto é, que não possuem as condições mínimas para a sua sobrevivência. Entre as linhas de pobreza enquadradas nesse conceito, tem-se a linha de US\$ 1, utilizada pelo Banco Mundial desde o ano de 1990. Já a pobreza relativa refere-se a indivíduos cuja renda é inferior à metade da renda média, ou ainda quando o indivíduo dispõe de um rendimento de 50% do rendimento mediano. A medida da pobreza absoluta diz respeito aos países em desenvolvimento, enquanto a da pobreza relativa é concernente aos países desenvolvidos (SALAMA, 2008).

Além disso, segundo Souza (2012, p. 10), existe uma diferença substancial entre a população pobre e a população miserável. Entende-se por pessoas pobres ou famílias pobres as que possuem renda suficiente para satisfazer as necessidades básicas, como alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, vestuário e lazer, enquanto as famílias miseráveis são aquelas com renda mínima capaz apenas de satisfazer as necessidades de alimentação.

Segundo o Banco Mundial, em seu *World Development Indicators* (2005), observou-se uma redução da pobreza extrema pela metade entre os anos de 1980 e 2001, como

destacado na Tabela 4. Nesse sentido, percentualmente, a população que vivia com menos de US\$ 1 por dia passou de 40,4%, em 1980, para 20,7%, em 2001; isso representa cerca de 40 milhões de pessoas que saíram da pobreza. Segundo Antunes *et al.* (2006, p. 6), essa redução concentrou-se, fundamentalmente, nos países da Ásia e do Pacífico, cuja percentagem da população pobre caiu de 56,7% para 14,3%. Entre os países dessas regiões, destaca-se o movimento ocorrido na China, onde se observou uma forte queda da pobreza, de 65% para 21% da população. Países do sul asiático, como a Índia, também tiveram um bom desempenho na diminuição da pobreza, reduzindo a população pobre de 51,5% para 31,9%.

Tabela 4 - Pobreza extrema - Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia

Regiões	Número de pessoas (milhões)			% da população total		
	1980	1990	2001	1980	1990	2001
África Subsaariana	164	227	313	41,6	44,5	46,6
América Latina e Caribe	36	49	50	10,1	11,6	9,9
Europa e Ásia Central	3	2	17	0,8	0,5	3,5
Leste da Ásia e Pacífico	796	472	271	56,7	29,5	14,3
Oriente Médio e Norte da África	9	6	7	5,1	2,3	2,4
Sul da Ásia	475	462	431	51,5	41,3	31,9
Total Mundial	1.483	1.218	1.089	40,4	27,9	20,7

Fonte: Elaboração própria a partir de Antunes *et al.*, 2006.

Contrariando os bons resultados obtidos, é possível perceber, ainda na Tabela 4, um aumento da pobreza extrema em países das regiões da África subsaariana, Europa e Ásia Central, estabelecendo um crescimento em termos absoluto e relativo. Já na América Latina e no Caribe, os pobres aumentaram, em termos absolutos, de 36 milhões para 50 milhões, tal que, em termos relativos, se nota uma pequena queda.

Ainda segundo o Banco Mundial, em seu relatório *World Development Indicators* (2012), apesar dos inúmeros esforços dos governos de diversos países, a pobreza e a fome continuam, porém menos pessoas vivem e enfrentam atualmente o estado de pobreza extrema ou miséria. A proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia caiu de

43,1%, em 1990, para 22,2 %, em 2008. Entre 2005 e 2008, observou-se em todas as regiões dos países em desenvolvimento um decréscimo tanto na taxa de pobreza como no número de pessoas que vivem na pobreza extrema. Não obstante esses resultados, centenas de milhões de pessoas permanecem na pobreza, especialmente na África subsaariana e no sul da Ásia, onde a precariedade da saúde, educação, falta de políticas consistentes e efetivas para a criação de empregos produtivos é uma realidade. Acrescida a isso se tem a existência de conflitos e a má gestão dos recursos naturais, sendo que as corrupções inviabilizam a redução das taxas de pobreza nos países que fazem parte dessas duas últimas regiões citadas.

Segundo Souza (2012, p. 10), o questionamento do momento atual é tentar definir quais estratégias devem ser fomentadas para aumentar as taxas de crescimento das economias mais pobres, buscando melhorar os indicadores de desenvolvimento. Ademais, sabendo que a pobreza e a miséria são manifestações específicas de regiões economicamente subdesenvolvidas, a subseção seguinte trata do tema do subdesenvolvimento.

3.1.1 Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento é considerado um processo histórico autônomo, e não se constitui em uma etapa em que todas as economias dos países devam mergulhar até chegar ao desenvolvimento (FURTADO, 1974). Esse processo pode ser conceituado como situações em que aumentos de produtividade e adoção de novas técnicas de produção não conduzem à homogeneização social, isto é, não leva à satisfação das necessidades mínimas, como alimentação, vestuário, habitação, educação, lazer e cultura. Com isso, essa situação de subdesenvolvimento é caracterizada pelos desequilíbrios no processo de assimilação das inovações tecnológicas produzidos pelo capitalismo industrial, voltados, principalmente, a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida da população (FURTADO, 1992, p. 39-40). Segundo Souza (2012, p. 11), é possível definir subdesenvolvimento como uma situação caracterizada pela insuficiência do crescimento econômico em relação ao crescimento demográfico ($g < g^*$). Esse fenômeno pode ocorrer devido à irregularidade do crescimento econômico e/ou pela concentração da renda e da riqueza. Por sua vez, a existência e permanência do subdesenvolvimento são atribuídas ao fator denominado de “dualismo estrutural”. Isto é, podem-se observar dois padrões de estrutura produtiva no interior de uma economia subdesenvolvida. Observa-se um setor moderno que apresenta um crescimento acelerado baseado em técnicas eficientes, enquanto

outros continuam com formas tradicionais de produção e de administração. Então o “dualismo estrutural” trata-se da existência de “economia moderna capitalista” e “economia atrasada não capitalista” no interior da mesma economia subdesenvolvida.

Ainda segundo Souza (2012, p. 12), uma economia subdesenvolvida caracteriza-se pela instabilidade e dependência econômica, tecnológica e financeira em relação aos países desenvolvidos. Nesse sentido, segundo Guimarães (2012, p. 6), Prebish fundamenta a sua teoria no sistema centro-periferia, não considerando o subdesenvolvimento como uma irregularidade, mas sim como um padrão de funcionamento e evolução específica de certas economias. Na concepção do sistema centro-periferia, Prebish entendia, para o caso específico da América Latina, dois aspectos principais que condicionavam essa região como periferia: o primeiro diz respeito à coexistência entre setores de alta e de baixa produtividade, onde prevalece o subemprego e a produção de subsistência; o segundo está relacionado à especialização produtiva nos setores primário-exportadores ou setores industriais com baixa tecnologia. Com efeito, observam-se condições ao desenvolvimento desigual, tais como diferentes níveis de produtividade, desemprego persistente e tendência de déficits comerciais persistentes. Assim, segundo Guimarães (2012, p. 6), a intervenção ativa do Estado nos processos de industrialização e desenvolvimento foi importante.

Prebish e Furtado são autores pertencentes à linha desenvolvimentista ligada à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), criada em 1948, com o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos e posteriormente do Caribe. Para a Cepal, a difusão internacional do progresso técnico e de seus benefícios teria ocorrido de modo diferenciado entre os países do centro, isto é, de industrialização avançada e da periferia (primário-exportador) (PELLEGRINO, 2005, p. 82). A periferia seria a fonte de matérias-primas e outros bens primários às nações industrializadas (centro), recebendo delas os bens industrializados com maior valor agregado, como fundamenta Prebisch. Ao considerar os países periféricos, o progresso técnico só é alcançado em setores de pequena dimensão, tal que essa região acaba por produzir alimentos e matérias-primas a custo baixo, com destino aos grandes centros industrializados (PREBISCH, 2000, p. 139).

A teoria do subdesenvolvimento da Cepal teve grande sucesso para a América Latina, porque ela foi fundamentada em uma concepção razoavelmente consistente, plausível e relevante para a realidade latino-americana. Segundo Colistete (2001, p. 23), existem duas

preposições importantes que constituem o núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento:

- a) as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto de mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Ao contrário do que enunciava a teoria de livre-comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida por Prebisch como a principal responsável pela absorção de mão de obra e pela geração e difusão do progresso técnico;
- b) o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferias), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca, que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados.

Quanto à primeira das preposições da teoria cepalina, foi a diversificação industrial o principal meio pelo qual vão se sanar os efeitos negativos da especialização primário-exportador na América Latina, ou ainda a industrialização poderia dar origem a um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, do emprego e da renda. Já a segunda preposição mostra que ritmos desiguais de incremento de progresso técnico/produtividade entre centro e periferia e a tendência à deterioração dos termos de troca. Nesse sentido, é importante o entendimento e a análise estrutural da questão do subdesenvolvimento.

3.1.2 Estrutura de uma Economia Subdesenvolvida

Simon Kuznets, em seu artigo intitulado “Os países subdesenvolvidos e a fase pré industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação” (1954), apresenta três conceituações para o subdesenvolvimento. Na primeira, atribui o subdesenvolvimento a

obstáculos relacionados às instituições sociais internas e externas do país pela incapacidade da utilização ampla do que Kuznets chama de “produto econômico potencial possibilitado pelo conhecimento tecnológico existente”, fato que leva todos os países subdesenvolvidos a não utilizarem todo o seu potencial produtivo. Nessa definição ou conceituação, o fato relevante apontado pelo autor é a atribuição a fatores institucionais e sociais pela incapacidade da utilização de todo o potencial tecnológico existente.

Na segunda, Kuznets atribui o subdesenvolvimento à questão de atraso no nível de desempenho econômico dos países subdesenvolvidos comparativamente aos países desenvolvidos, visto que:

O sucesso econômico confere um poder que pode ser utilizado para a agressão, manifesta ou encoberta. Por essa razão os países que se distanciam de outros em relação ao sucesso econômico podem tornar-se incapazes de se defender contra a agressão, real ou temida, dos países mais adiantados. (KUZNETS, 2012, p. 165).

Nessa conceituação, o fator relevante é a distância díspar existente entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos, causando tensões que levam à estagnação do subdesenvolvimento nesses países.

Por fim, na terceira conceituação, o autor atribui o subdesenvolvimento à incapacidade do Estado de proporcionar as condições mínimas de vida às populações, levando-as a viverem em estado de miséria e pobreza extrema.

Em suma, Kuznets mostra que o subdesenvolvimento pode ser fruto da fraca qualidade institucional, da diferença desigual entre os subdesenvolvidos e os desenvolvidos e ainda da incapacidade do Estado de proporcionar as condições mínimas às populações. Com o objetivo de entender melhor e mais profundamente esse fenômeno do subdesenvolvimento, torna-se imprescindível o entendimento estrutural das economias desses países.

Estruturalmente, as economias dos países subdesenvolvidos constituem-se, sobretudo, por setores de subsistência. Esses setores são caracterizados por serem de baixa produtividade econômica. Segundo Souza (2012, p.18), o setor de subsistência está compartimentado em mercado interno e mercado externo e compõe-se de latifúndios e minilatifúndios improdutivos. A principal atividade produtiva é a agricultura tradicional ou de subsistência e ainda boa parte dela está ligada ao mercado informal.⁸ Nessa fase do subdesenvolvimento, toda a produção é consumida pelo setor de subsistência, destinando insignificantes parcelas

⁸ O mercado informal é constituído por atividades não constituídas legalmente e que servem de refúgio aos desempregados urbanos, assim como aos empregados urbanos mal remunerados, como uma forma de complementação das suas rendas.

para o mercado, e essa parcela pode aumentar ou reduzir cada vez mais, dependendo do dinamismo temporário que o mercado externo vai impor sobre os meios rurais.

Nesse sentido, o autor apresenta um modelo estrutural das economias subdesenvolvidas típicas e propõe possíveis ações para sair do subdesenvolvimento. Algumas suposições do modelo são as seguintes:

- a) a balança comercial da economia nacional mantém-se equilibrada;
- b) o valor das exportações do meio rural (XR) apresenta-se significativamente superior ao valor das exportações do meio urbano industrial (XU), pelo menos nas fases iniciais do processo de desenvolvimento;
- c) o meio rural mantém superávit na balança comercial ($XR > MR$);
- d) o meio urbano e industrial apresenta déficit em sua balança comercial com o exterior ($XU < MU$), pela necessidade de importar bens de capital e insumos industriais; e
- e) o meio urbano e industrial possui um superávit com o meio rural, ou seja, o valor da produção do meio urbano e industrial destinado ao meio rural (YUR).

A produção do meio rural (YR) destina-se à sua subsistência (YRR), à exportação (XR) e ao consumo no meio urbano e industrial (YRU). A produção enviada ao mercado ($YRU + XR$) é composta por alimentos e matérias-primas. O equilíbrio do meio rural será dado por:

$$(XR > MR) = (YUR > YRU) \quad (1)$$

A equação (1) mostra que, no equilíbrio, o déficit do meio rural com o meio urbano e industrial ($YUR > YRU$) fica financiado por seu superávit com o exterior (XR MAIOR MR). Por seu turno, o meio urbano e industrial (YU) destina-se ao próprio meio urbano (YUU), à exportação (XU) e ao meio rural (YUR). A produção destinada ao mercado externo e ao meio urbano e industrial ($XU + YUR$) compõe-se de produtos industrializados e serviços. O equilíbrio do meio urbano industrial é dado pela equação (2):

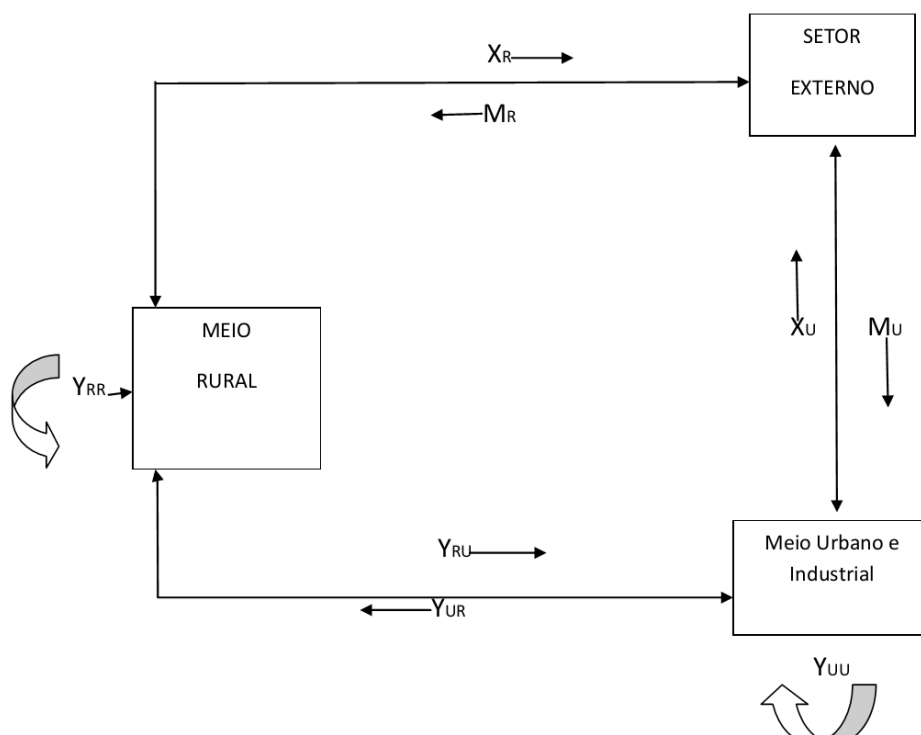
$$(XR > MR) = (XU < MU) \quad (2),$$

ou seja, o déficit do meio urbano e industrial com o exterior ($XU < MU$), no equilíbrio, fica integralmente financiado por seu superávit com o meio rural ($YUR > YRU$). Como o segundo membro das equações (1) e (2) é o mesmo, tem-se:

$$(X_R > M_R) = (X_U < M_U) \quad (3)$$

Pela equação (3), chega-se à conclusão de que, no equilíbrio da balança comercial nacional ($X=M$), o superávit do meio rural com o exterior fica exatamente igual ao déficit externo do meio urbano e industrial, isto é, no processo de substituição de importações, o meio rural financia as importações e o desenvolvimento do meio urbano e industrial (SOUZA, 2012, p. 19).

Figura 3 - Estrutura de uma economia subdesenvolvida



Fonte: Souza (2012).

3.2 ORIGEM E CONCEITO DA QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O tema “desenvolvimento econômico” surgiu no século XX, com o aparecimento dos Estados nacionais modernos, o renascimento e os grandes avanços na navegação marítima, que revolucionaram as relações econômicas, que, segundo Bresser-Pereira (2006 p. 1), se constituíram num fenômeno histórico relacionado com o surgimento das nações e com a formação dos Estados nacionais ou Estados-nação, e ainda com a acumulação de capital, a incorporação do progresso tecnológico aos fatores de produção (capital e trabalho), e a coordenação de instituições comerciais com os mercados. Nesse cenário, as riquezas coloniais

foram importantes para a expansão das economias nacionais, como é o caso do continente europeu. Já para Furtado, a origem do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos: o da Revolução Comercial, em que a racionalidade é um objetivo econômico claramente definido, a ser alcançado pela adoção de acumulação de capital; e o da Revolução Industrial, em que a racionalidade se expressa como meio de alcançar o lucro e aumentar a produtividade, evidenciado pelo progresso tecnológico Bresser-Pereira, (2006, p. 4).

Para Souza (2012, p. 1), a questão desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, e a sua origem está baseada, na maior parte dos casos, nas crises econômicas do sistema capitalista. As raízes teóricas estão associadas ao pacto colonial que se formou do pensamento mercantilista, originando o subdesenvolvimento contemporâneo. Nessa visão, as metrópoles dedicavam maior atenção ao fluxo de metais preciosos e não se importavam muito com o papel das importações no desenvolvimento manufatureiro interno. Nesse sentido, em oposição a esse mercantilismo, surgem as escolas fisiocratas no século XVIII, na França, e a Clássica, na Inglaterra, que passaram a dedicar maior atenção aos problemas do crescimento e da distribuição.

Além de origens teóricas, o desenvolvimento econômico tem origem nas crises econômicas, visto que as disparidades entre nações ricas e pobres tornaram-se mais claras com as flutuações econômicas, em que o cenário era de concentração excessiva de renda e riqueza em nível mundial e condicionado ao aparecimento de alguns poucos países industrializados. Surge, então, a noção de desenvolvimento interligada à questão da distribuição. Durante os períodos em que ocorrem ondas de inovações, a economia dos países inovadores cresce de modo acelerado, aumenta a renda, o emprego e o nível de bem-estar da população; já em épocas de crise, as inovações diminuem no domínio público, o nível de atividade se reduz e, com isso, aumenta o desemprego. Com a grande depressão de 1930, a questão do desenvolvimento ficou mais patente ou evidente, tornando a ação do Estado mais atuante na economia; com o desenvolvimento da contabilidade nacional, foi possível comparar as rendas *per capita* de diferentes países e a consequente classificação em pobres e ricos. Ademais, com a publicação de outros indicadores socioeconômicos, como grau de analfabetismo, taxas de natalidade e mortalidade infantil, produtividade do trabalho, entre outros, foi possível definir subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico.

Ao conceituar desenvolvimento econômico, é importante ressaltar a não existência de uma definição universalmente aceita, mas sim várias correntes com visões diferentes sobre essa questão. Souza (2012, p. 5) resalta a existência de uma primeira corrente de economistas

que considera o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico; enquadram-se nesse grupo os modelos de crescimentos de tradição neoclássica, como os de Solow, e os de inspiração keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Para essa corrente, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, mesmo apresentando recursos ociosos como terra e mão de obra. Já uma segunda corrente entende que o crescimento é condição indispensável para se alcançar o desenvolvimento, mas não o suficiente; enquadram-se nesse grupo economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957). Esses autores elaboraram modelos mais próximos da realidade dos países subdesenvolvidos. Já Bresser Pereira (2006, p. 5) apresenta um conceito histórico e entende que desenvolvimento econômico é um processo de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante, implicando melhoria do padrão de vida da população de um determinado Estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Considera o desenvolvimento como um processo que vai implicar mudanças nos três níveis de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural. Esse desenvolvimento econômico levaria ao aumento sustentado dos padrões de vida, consequência do aumento de produtividade de determinadas atividades ou ainda pela transferência da mão de obra de atividades com menor valor adicionado para outras atividades com maior valor adicionado.

3.2.1 Crescimento e Desenvolvimento

Quanto à relação existente entre a conceituação e o entendimento de que o crescimento econômico seja sinônimo de desenvolvimento econômico, observa-se a existência de, basicamente, dois modelos que vão enfatizar a acumulação de capital como uma solução simplificadora da realidade. O primeiro apresenta o crescimento como o responsável pela distribuição da renda através da renumeração dos proprietários dos fatores de produção, levando à melhoria das condições de vida da população e, em última instância, ao desenvolvimento econômico. Segundo Souza (2012, p. 5), a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico, visto que muitas vezes a expansão do PIB de um país nem sempre vai beneficiar a economia como um todo. Mesmo com o crescimento da economia a taxas elevadas, esse fato pode não influenciar na redução do desemprego em função da inclusão da inovação tecnológica no processo produtivo, como a robotização e a informatização. Ainda associado a esse

crescimento podem ocorrer efeitos perversos, destacados em quatro principais. O primeiro relaciona-se à transferência do excedente de renda para outros países, causando a redução da capacidade de importar e de investir. O segundo associa-se à apropriação e concentração desse excedente por poucas pessoas, aumentando a concentração da renda e da riqueza do país. O terceiro relaciona-se aos baixos salários, que terão um efeito limitador sobre os setores produtores de alimentos e outros bens de consumo popular, impedindo a expansão do mercado interno. Por fim, o quarto corresponde à existência de entraves para a implantação de atividades interligadas às empresas com maior crescimento: as exportadoras ou de mercado interno.

O segundo modelo caracteriza o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, e o desenvolvimento envolve uma variação qualitativa no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Essa visão entende o desenvolvimento como um processo definido pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente e que cria melhorias na qualidade de vida do conjunto da população.

3.2.2 Desenvolvimento como Mudança de Estrutura

A corrente estruturalista estabelece o desenvolvimento econômico como uma mudança ou transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, acompanhada da melhoria das condições de vida das populações. Fazem parte desta corrente economista de orientação crítica Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e grande parte dos denominados economistas do desenvolvimento. Atribuem-se aos estruturalistas o mérito de considerarem a existência de interdependências entre os setores produtivos e a necessidade do seu aperfeiçoamento a fim de eliminar os pontos de estrangulamento do desenvolvimento (SOUZA, 2012).

Chenery (1981 apud SOUZA, 2012) considera o desenvolvimento econômico como um conjunto de transformações totalmente interligadas que têm lugar no interior da estrutura de uma economia e tornam-se elementos indispensáveis à continuidade do seu crescimento. Essas transformações constituem-se na composição da demanda, da produção, dos empregos, da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas no conjunto, são essas transformações estruturais que vão definir a ponte de transição de uma economia arcaica ou tradicional para uma economia moderna e eficiente.

Os estruturalistas entendem o desenvolvimento econômico pela existência de um crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), associado a mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Segundo Souza (2012 p. 7), o desenvolvimento econômico se constitui em um fenômeno de longo prazo que vai levar ao fortalecimento da economia nacional, à elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o desenvolvimento ocorre a partir da maior estabilidade e diversificação da economia, o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, o mercado interno aumenta sua participação na economia; e o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza sofre uma redução.

Assim, para que o desenvolvimento ocorra, torna-se imprescindível que o crescimento econômico (g) supere o crescimento demográfico (g^*), com a finalidade de expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, proporcionando melhor preparo por parte do governo para realizar gastos sociais e atender as pessoas mais carentes, resultando na melhoria dos indicadores sociais.

3.2.3 Indicadores de Desenvolvimento Econômico

Os indicadores econômicos se constituem em grandezas numéricas de caráter econômico cujas principais utilidades se constituem em medir o nível de crescimento e desenvolvimento econômico de países, regiões e até de empresas, ou seja, permitem determinar o comportamento da economia. Assim, além dos indicadores puramente econômicos, nesta subseção serão abordados os principais indicadores socioeconômicos. Entre os principais, destacam-se: o Produto Interno Bruto (PIB); Produto Nacional Bruto (PNB); Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*); a taxa de mortalidade infantil, nutrição e expectativa de vida; taxa de analfabetismo ou ainda o grau de escolaridade; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Quadro 2 - Principais indicadores socioeconômicos

PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
Renda Percapita	PIB/N° de habitantes do país
Mortalidade Infantil	N° de crianças que morrem antes de completar 1 ano de vida.
Expectativa de Vida	Estimativa do tempo de vida
Grau de Escolaridade	Mede o Grau de instrução no país.
IDH	Índice de desenvolvimento Humano

Fonte: Elaboração própria a partir de dados brutos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a produção nacional de um país ou ainda a soma das riquezas geradas pelos diversos setores da economia de um país. O PIB é composto por itens como o consumo das famílias, despesas governamentais, importação e exportação e os investimentos (formação fixa do capital bruto e variação de estoques). Pode-se afirmar que uma economia está em crescimento econômico quando se observa uma elevação no PIB, impactando, de maneira geral, positivamente no bem-estar da sociedade.

O PIB difere do Produto Nacional Bruto (PNB) por considerar apenas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de um país, independentemente do destino dessa riqueza, enquanto o PNB considera também as rendas enviadas e recebidas do exterior, fato que não é levado em conta na formação do PIB. Uma das desvantagens do PIB e do PNB é que esses indicadores não chegam a captar todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de um país e por existir apenas no cálculo do PIB uma estimativa do valor da informalidade no país.

O PIB *per capita* ou renda *per capita* é considerado um indicador de bem-estar econômico global, por ser um dos mais usados na medição da qualidade ou do nível de vida das populações. Esse indicador fornece uma visão geral sobre o grau de desenvolvimento de um país ou região. Não obstante suas qualidades, o PIB *per capita* apresenta algumas limitações, como a existência de países ou regiões que apresentam uma renda *per capita* alta, mas pelo fato de ser uma média, não mostra as disparidades existentes quanto à forma como está distribuída a renda desse país ou região. Então, na prática, podem-se encontrar países

com renda *per capita* alta, mas que apresentam um alto índice de concentração da renda e alto grau de desigualdade social.

Segundo Souza (2012), tratando-se do desenvolvimento como o melhoramento contínuo da qualidade de vida, com a inclusão de maior consumo de produtos e serviços, o PIB *per capita* não seria em si só um indicador capaz de mensurar os diferenciais de desenvolvimento entre países e regiões. Então seria importante e necessário considerar outros indicadores adicionais que darão uma visão mais esclarecedora sobre as melhorias sociais e econômicas, como mais alimentação, melhorias no atendimento médico e odontológico, educação de qualidade, melhorias na segurança pública e também na qualidade do meio ambiente.

Segundo o mesmo autor, observou-se uma melhoria dos indicadores socioeconômicos nas últimas décadas em todo o mundo e também certa redistribuição da renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de medir o nível de desenvolvimento de países, regiões e municípios. O cálculo desse índice é realizado pela média simples de três componentes principais: longevidade, educação e nível de renda. A variação do IDH vai de 0 a 1, sendo classificado como desenvolvimento humano baixo ($IDH \leq 0,499$), desenvolvimento humano médio ($0,5 \leq IDH \leq 0,799$) e desenvolvimento humano alto ($IDH \geq 0,800$).

Segundo o PNUD (2010), o crescimento econômico se constitui em elementos preponderantes para se atingir altos níveis de educação e longevidade; mas também o crescimento é influenciado pelos níveis de educação e saúde.

3.3 ESTRATÉGIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A corrente cepalina atribui o subdesenvolvimento a fatores, como as assimetrias das relações internacionais, e a causas bloqueadoras internas, como a concentração da propriedade e da renda. Já a corrente neoclássica considera os fatores elencados pelos cepalinos como menos relevantes, sendo a acumulação de capital e a adoção de inovações tecnológicas os grandes determinantes do subdesenvolvimento.

Para encontrar soluções viáveis para livrar uma região de uma estrutura de subdesenvolvimento seria necessário adotar algumas estratégias que levassem à redução dos custos médios, à elevação da taxa de lucro, à atração de novos investimentos e à geração de

um processo acumulativo de crescimento (SOUZA, 2012, p. 176). Com esse intuito, duas estratégias de industrialização serão abordadas: o crescimento equilibrado ou estratégia de grande impulso, que tem como principais idealizadores Rosenstein-Rodan (1969) e Nurske (1957); e o crescimento desequilibrado, que tem como principal idealizador Perroux (1977).

3.3.1. Crescimento Equilibrado ou Estratégia de Grande Impulso

A estratégia do crescimento equilibrado entre a oferta e a demanda pressupõe a realização de grandes investimentos em diversas áreas ou setores industriais com o objetivo de promover o crescimento industrial e a criação de um mercado consumidor para suportar a oferta que será gerada. A ideia dessa estratégia é a de que um empreendimento individual estará dotado ao fracasso devido à falta de demanda, mas, caso ele seja associado a todos os outros simultaneamente, ter-se-ia o fomento do mercado interno através da expansão da renda e do emprego.

Um dos idealizadores da estratégia de grande impulso (*big push*) foi Rosenstein-Rodan. Esse autor, em seu artigo sobre os problemas de industrialização do Leste e Sudeste Europeu, publicado em 1943 na revista *The Economist*, mostrava claramente que essa era uma problemática de interesse mundial e que a industrialização dessas regiões seria o meio para o alcance de uma distribuição equitativa da renda entre diferentes partes do mundo, pela elevação da renda nas regiões deprimidas a uma taxa mais alta que nas regiões ricas. (AGARWALA *et al.*, 2010).

Para Rosenstein-Rodan, os grandes desafios das regiões deprimidas seriam a oferta diminuta de capital, a falta de demanda para os novos produtos ofertados e a escassa oferta de poupança para financiar os novos investimentos.

As principais características estruturais dessas economias subdesenvolvidas, segundo Rosenstein-Rodan, eram a existência de excesso de população agrária no Sudeste e Leste Europeu, correspondendo de 20 a 25 milhões de habitantes para uma população de 100 a 110 milhões, representando cerca de 25% da população, em total e/ou parcial desemprego, fato que o autor denomina de “desemprego disfarçado”; e o desperdício da mão de obra, que seria bem maior nos países agrícolas pobres em relação aos países industrializados ricos.

Rosenstein-Rodan (2012, p. 253) defendia os princípios da divisão internacional do trabalho, que se fossem aperfeiçoados, influenciariam positivamente essas regiões e levariam ao rápido progresso e aumento do consumo, à implementação de indústrias leves e intensivas

em mão de obra, como um meio de complementar as indústrias pesadas dos centros industriais, e à importação de produtos intensivos em capital e tecnologia. Então o autor considera que a solução do problema está na industrialização dessas áreas, que deveria ser promovida por duas maneiras fundamentais.

A primeira maneira relaciona-se ao desenvolvimento dos países do Leste Europeu por conta própria, baseado no modelo russo, tendo como objetivo principal atingir a autossuficiência, sem a participação de investimentos estrangeiros. Esse processo seria concebido por meio da construção de uma gama diversificada de todos os tipos de indústrias - pesadas, de equipamentos, leves -, almejando, desse modo, um sistema econômico bem estruturado, com empresas industriais integradas verticalmente. Essa alternativa acarretaria desvantagens como:

- i) crescimento lento em função da não existência de capital externo, tendo-se que recorrer à criação do capital interno, que teria impacto sobre o padrão de vida e de consumo da população desses países;
- ii) aparecimento de uma unidade independente na economia mundial, criando implicações negativas através da redução da divisão internacional do trabalho, isto é, a produção do mundo como um todo seria bem menor, levando o mundo a ser mais pobre em termos de bens materiais;
- iii) desperdício desnecessário e grande de recursos, em função da geração da capacidade ociosa mundial, especificamente na indústria pesada.

A segunda maneira relaciona-se à industrialização, que se daria através do ajuste da Europa do leste e do sudeste à economia mundial, constituindo em uma forma benéfica, que levaria à preservação das vantagens da divisão internacional do trabalho, sendo a produção mundial como um todo bem maior. Essa alternativa teria como base principal maior gama de investimentos internacionais ou empréstimos de capital. As principais vantagens que advêm dessa alternativa são:

- i) rápido progresso, com menores sacrifícios dos níveis de consumo da região;
- ii) observância dos princípios da divisão internacional do trabalho, os quais enunciam que, para áreas ou regiões subdesenvolvidas, seria interessante o estabelecimento ou a criação de indústrias leves, isto é, intensivas em mão de obra;

- iii) indústrias pesadas dos países desenvolvidos suprindo todas as necessidades das áreas internacionais deprimidas, mesmo observando-se a hipótese da expansão da economia mundial.

Em suma, Rosenstein-Rodan entendia que:

[Se] um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados, não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziram o grosso dos produtos em cuja compra os trabalhadores gastariam os seus salários [...] seria criado o seu próprio mercado adicional, realizando-se assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado mundial. As indústrias que produziram o grosso dos bens a serem adquiridos com salários poderiam ser chamadas, portanto, de complementares. A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. É, nesse sentido um caso especial de “economias externas” (ROSENSTEIN-RODAN, 2012, p. 255-6).

Para se efetivar esse processo de industrialização, Rosenstein-Rodan entendia que um dos primeiros e principais passos seria o treinamento e a habilitação da mão de obra, que seria a via inicial para a transformação dos camponeses da Europa Oriental em operários de tempo integral ou parcial. Um dos grandes problemas inerentes a esse primeiro passo seria os custos inerentes para esse treinamento. Nesse caso, o treinamento não é considerado uma boa aplicação de capital para empresas privadas, mas sim o melhor tipo de investimento para o Estado.

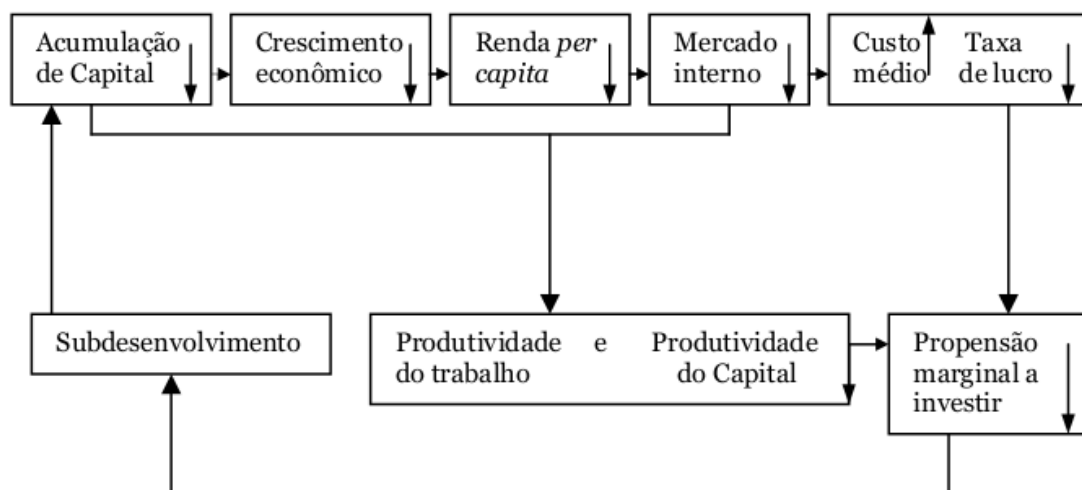
Nessa mesma ótica, ROSENSTEIN-RODAN, entende que, por exemplo, a transferência de um milhão de desempregados rurais para o meio urbano-industrial vai motivar a construção de novas habitações e investimentos em ferrovias, hidrovias, rodovias, e no transporte urbano de operários. E essa estratégia levaria à produção em massa de bens de consumo de trabalhadores, como alimentos, vestuário e móveis.

3.3.1.1 Nurkse e o rompimento do círculo vicioso da pobreza

Nurkse trabalha com uma abordagem comparativa das nações ou países subdesenvolvidos com os desenvolvidos, a partir das suas dotações de capital. Propôs no ano 1957 o seu modelo de crescimento com equilíbrio entre oferta e demanda. O autor define o círculo vicioso do subdesenvolvimento, no qual afirma que “um país é pobre porque ele é pobre”, mostrando claramente as relações circulares que afetam tanto o lado da demanda como o da oferta no processo de formação de capital na periferia ou nas áreas

economicamente atrasadas. Além da dotação de capital, ele considera que os principais fatores que podem inibir o crescimento econômico dessas regiões são aqueles que dificultam a formação de capital nessas áreas atrasadas, como o tamanho do mercado. Segundo Nurkse (*apud* AGARWALA, 2012, p. 277), os determinantes desse fator não serão apenas a demanda monetária, nem o número de habitantes, nem a superfície física, mas também toda uma infraestrutura de transporte, que tenderá à redução dos custos de transportes, que seria um elemento importante na ampliação do mercado. Em suma, o autor considera o nível geral de competitividade como determinante da dimensão do mercado; por sua vez, o nível de competitividade será determinado pela utilização do capital na produção; e a utilização do capital na fase inicial, inibido pela diminuta dimensão do mercado.

Figura 4 - O círculo vicioso do subdesenvolvimento de Nurkse



Fonte: Souza (2012).

A Figura 4 é um resumo esquemático do círculo vicioso do subdesenvolvimento de Nurske, que evidencia que a acumulação insuficiente de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores. Estes, por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzindo mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A exígua propensão marginal a investir resultante fecha o círculo vicioso do subdesenvolvimento, o que vai gerar acumulação insuficiente de capital. Assim, o lento crescimento da acumulação de capital e o subdesenvolvimento explicam-se mutuamente. Do lado da demanda o reduzido estímulo ao investimento também fica explicado por ele: o baixo nível de consumo da população explica a baixa propensão a investir; esta, por sua vez, entrava o crescimento do consumo, ao limitar a expansão da renda (SOUZA, 2012, p. 179).

Nurkse, apoiando-se na teoria do crescimento equilibrado, apresenta como solução para se romper com o círculo vicioso do subdesenvolvimento a aplicação planejada de capital em diversas indústrias ou ainda uma aplicação de capital sincronizada numa ampla gama de indústrias diferentes, provocando a ampliação geral do mercado e um melhor aproveitamento da renda e do capital gerados. No caso de uma aplicação de capital em uma única indústria, Nurkse (1957) afirma que:

Uma vez que as necessidades humanas são diversas, as pessoas ocupadas na nova indústria não desejarão gastar toda a sua renda em seus próprios produtos. Supõe ele como exemplo que se tratasse de uma indústria de calçados. Se não ocorrer nada no resto da economia de modo a aumentar a produtividade e, portanto, o poder aquisitivo é provável que o mercado de calçados se mostre deficiente. As pessoas ocupadas no resto da economia não renunciarão a outras coisas a fim de comprar um par de sapatos por ano, por exemplo, se não estiverem suficientemente alimentadas e vestidas e não possuírem um local adequado para morar. [...] é provável que essa nova indústria resultasse num fracasso.

Já em caso de uma aplicação de capital sincronizada numa ampla gama de indústrias diferentes, Nurkse afirma que:

O resultado é a ampliação geral do mercado e, portanto uma saída para o impasse. Os indivíduos trabalham com mais e melhores equipamentos em certo número de projetos complementares se tornam clientes mútuos. As indústrias que abastecem o consumo das massas são em sua maioria complementares, no sentido de que ao mesmo tempo proporcionam um mercado e se sustentam mutuamente. Essa complementação básica resulta da diversidade dos desejos humanos. No caso do “crescimento equilibrado” baseia-se, em última análise, na necessidade de uma “dieta equilibrada”.

No plano interno, Nurkse entende que o Estado desempenhava o papel central e sugere também a participação maciça dos agentes econômicos internos. A atuação do Estado deveria ser feita de maneira direta, na captação e no direcionamento do capital nas diversas indústrias, e também de maneira indireta, por meio da garantia institucional e política, na criação de incentivos para uma atuação conjunta Estado-sociedade, para a superação das dificuldades enfrentadas pelas áreas atrasadas na captação de capital (CARDOSO, 2012).

No plano internacional, Nurkse entende que o crescimento equilibrado não vai contrariar o princípio das vantagens comparativas, sendo que o comércio mundial depende do nível de renda dos países; esse crescimento equilibrado permitirá o aumento da renda dos habitantes das regiões atrasadas. Apresenta como exemplo a Venezuela, onde o petróleo constitui 90% de suas exportações, ocupando somente 2% de sua força de trabalho. Então Nurkse entende **que se** por meio da aplicação de capital e de aumento de produtividade, a economia doméstica crescia ao ponto de proporcionar a transferência daqueles que

anteriormente trabalhavam no campo para a área urbana e produzindo roupas, calçados, móveis e produtos alimentícios, não se alterando os volumes de exportações e as importações. Poderia ocorrer uma diminuição na proporção do comércio exterior em relação à renda nacional, mas Nurkse argumenta que essa proporção em muitos países periféricos não se manteve indevidamente elevada no passado simplesmente pela pobreza da economia doméstica? Conclui que a renda mundial é um indicativo mais importante da prosperidade global que o volume do comércio internacional (AGARWALA, 2012, p. 283).

Um dos grandes problemas no plano internacional são as direções que tomam os investimentos internacionais para os países subdesenvolvidos, que tendem a se assemelhar aos investimentos coloniais que tipicamente se concentravam, sobretudo, nas indústrias extrativas, como campos petrolíferos, minas e plantações, que produzem para os mercados de exportação, tal é o caso dos investimentos diretos americanos. Nurkse entende que:

A relutância do capital privado em dedicar-se aos mercados internos dos países subdesenvolvido, em contraste com sua ansiedade no passado em dedicar-se à exportação para as nações industriais, não reflete nenhuma conspiração sinistra nem uma política deliberada. Há uma explicação econômica óbvia para isso: por um lado, a pobreza dos consumidores locais nos países atrasados; por outro, os amplos mercados de produtos primários nos centros industriais do mundo, em vigorosa expansão durante o séc. XIX. Nessas circunstâncias, era natural que o investimento privado estrangeiro criasse simples entreposto dos países credores industriais orientados para suprir as necessidades destes. (NURKSE *apud* AGARWALA, 2012, p. 281).

3.3.1.2 Vantagens e desvantagens do crescimento diversificado

Partindo da concepção teórica do crescimento equilibrado proposto por Rosenstein-Rodan e Nurkse, cujo enunciado é de que um grupo de investimentos realizados em um conjunto de indústrias diferentes pode ser de grande êxito, enquanto qualquer aplicação isolada em uma única indústria está realmente voltada ao fracasso. As principais vantagens que o crescimento diversificado pode proporcionar se constituem na elevação do estoque de capital, na ampliação do tamanho ou dimensão do mercado e na possibilidade de especialização e aumento de eficiência que podem ser fatores importantes para o rompimento do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Ademais, essa dinâmica pode impactar positivamente no comércio mundial, visto que, quanto mais amplo o mercado interno de cada país, maior será o comércio internacional, por este depender da renda de todos os países que dele participam.

Quanto às principais desvantagens do crescimento diversificado, esta no fato de que este processo requer maior disponibilidade de capital, o qual será aplicado ao mesmo tempo em um grupo de diferentes indústrias. Assim, a insuficiência de capital ou a escassez de recursos se constitui na principal dificuldade desse modelo ou processo, sendo que os empresários locais não estão aptos e interessados em assumir riscos. Como afirma Souza (2012, p. 179):

Nos países subdesenvolvidos com baixa densidade demográfica, o incentivo ao investimento tem sido proveniente do crescimento da demanda mundial por matérias-primas. O mercado interno, geralmente pequeno, nem sempre atrai o investimento direto estrangeiro. A poupança interna desvia-se para aplicações imobiliárias, ouro e moedas estrangeiras, pela fraca rentabilidade industrial. O capital pode, pois, ser captado de aplicações improdutivas (importações de bens de luxo, terras, lucro imobiliário etc.), através de tributações especiais, de transferência inter-setoriais (da agricultura, por exemplo) e de transferências internacionais (empréstimos, doações, aplicações de risco).

Conforme defende Nurkse, a estratégia do crescimento equilibrado exige do Estado a responsabilidade de assumir um papel preponderante no estabelecimento de um planejamento eficiente, transformando-se na agência creditícia, no empresário inovador, promotor da industrialização e do desenvolvimento. Além da função estatal, ainda tem-se também a contribuição do capital estrangeiro, sendo que a escassez de recursos constitui o grande entrave dessa estratégia.

3.3.2 Crescimento Desequilibrado como Estratégia de Desenvolvimento

A teoria do crescimento desequilibrado surge como uma alternativa para o problema da escassez de recursos, evidenciado na teoria de crescimento equilibrado, buscando fazer um aproveitamento eficiente dos recursos disponíveis. Contrariando a teoria do crescimento equilibrado, a teoria do crescimento desequilibrado propõe a realização de investimentos em alguns setores de indústrias-chave, que terão a função de desencadear ou de impactar todos os setores e gerar um maior crescimento econômico da região. A ideia central dos defensores dessa teoria é a realização e concentração de todos os investimentos com o objetivo de maximizar os retornos.

A teoria de François Perroux, em 1955, surge em função da observação feita por ele em torno das concentrações industriais na França (Paris) e na Alemanha (no vale do Ruhr), explicitando que o crescimento não acontecia em todos os lugares ao mesmo tempo, mas sim, em lugares ou pontos específicos, que denominou de polos de crescimento. François Perroux

entendia o crescimento econômico como um processo irregular: “[...] o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164). Esses polos de crescimento têm a sua origem entorno de aglomerações urbanas importantes, tal é o caso de Paris, próximo de fontes de matérias-primas, tal é o caso do vale do Ruhr, ou, ainda, em locais de grandes fluxos comerciais e envolta de grandes áreas agrícolas, como o caso específico da cidade de São Paulo. O polo de crescimento surge como resultado das economias de aglomerações originadas pelos complexos industriais que, por sua vez, são lideradas pelas indústrias motrizes.⁹

Segundo Souza (2012, p. 181), as características principais que norteiam as indústrias motrizes como líder do complexo de atividades são as seguintes:

(a) Cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações insumo-produto, através das compras e vendas de insumos efetuadas em seu meio; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; (e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo.

Perroux entende que a indústria motriz tenderia a causar certa influência sobre as outras e sobre a própria economia da região, gerando, desse modo, uma rentabilidade que não dependerá apenas das atividades da própria indústria, mas também das atividades de outras indústrias.

Os polos de crescimento se constituíram em elementos importantes no processo de planejamento regional de muitos países. É possível citar alguns exemplos de implementação da concepção do crescimento desequilibrado, como o programa das oito metrópoles nacionais de equilíbrio, surgido na França; a implantação de cinco cidades novas ao redor de Paris; a criação de 14 novas cidades na Inglaterra;¹⁰ e o Plano de Metas no Brasil,¹¹ que concentrou todos os investimentos sobre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O principal resultado desses programas seria a definição de polos ou centros de desenvolvimento, que, ligados entre si e com a metrópole, por ferrovias e autoestradas, produziria economias externas (SOUZA, 2012). Assim, as indústrias motrizes, ao atraírem as denominadas empresas satélites,

⁹ Indústria líder do complexo de atividade, formando o polo industrial.

¹⁰ A criação dessas cidades teve como objetivo equilibrar a influência excessiva de Londres.

¹¹ Foi um importante plano econômico desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek para acelerar a economia brasileira.

produtoras ou compradoras de matérias-primas, impactam e contribuem para o crescimento local e regional.

4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA: GARGALOS E OPORTUNIDADES

Este capítulo apresenta o cenário atual da economia de Angola para, posteriormente analisar com mais detalhes os gargalos para o crescimento sustentado da economia angolana e as oportunidades das quais o governo angolano pode-se utilizar para levar o país ao desenvolvimento econômico.

4.1 SITUAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA ANGOLANA

O período compreendido entre 2000-2008 é denominado como a mini-idade de ouro da economia angolana, por observar altas taxas reais de crescimento do PIB. Segundo Rocha (2012), esse crescimento se deve a fatos importantes do novo cenário econômico, social e político que vive o país, como:

- o fim do conflito militar que fustigou a República de Angola por 27 anos, considerado um dos conflitos mais duradouros do continente africano;
- os resultados positivos do programa de estabilização macroeconômica concebida pela equipe econômica do governo angolano depois de 1999 (a taxa de inflação, que no início da nova política de estabilização macroeconômica era de 105% e, em 2008, caiu para 13,2%). Esses resultados foram estimulados pelo aumento das receitas fiscais (US\$ 4,5 bilhões, em 2002, e US\$ 42,4 bilhões, em 2008);
- a fase de rápido crescimento em que se encontrava a economia internacional, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países emergentes, como a China, a Índia, o Brasil, a Coreia, a Rússia e a Índia.
- o comportamento do preço do petróleo, considerado o regulador dos financiamentos e investimentos internos, apresentando uma elevada alta no período em análise, tendo atingido, em 2008, o valor de US\$ 93,7 por barril. O preço médio no período 2002-2008 foi de US\$ 52,6 por barril (ALVES DA ROCHA, 2012).

É importante mencionar que o *boom* observado nesse período não é apenas consequência das novas políticas de estabilização macroeconômicas do governo angolano, mas também se deve às condições favoráveis no cenário internacional. Realmente, o fim do conflito militar permitiu a livre circulação dos fatores de produção, a diminuição das

incertezas e o risco dos investimentos públicos e privados, aumentando a *performance* das empresas e das instituições estatais. Sendo a economia angolana dependente de recursos naturais, a boa rentabilidade do mercado internacional do petróleo foi importante para alavancar financeiramente os projetos públicos e privados.

Entre 2002 e 2008, a taxa média de variação do PIB foi de 14,9%, mostrando as elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto no período de mini-idade de ouro. Quanto às receitas fiscais provenientes da atividade petrolífera, observa-se um aumento significativo nesse período, acima dos 53% do PIB, enquanto as receitas fiscais provenientes das atividades não petrolíferas giravam apenas em torno dos 8-9% do PIB. Esses dados mostram a elevada dependência da economia angolana em relação ao setor petrolífero. O significativo incremento da arrecadação permitiu a reestruturação das infraestruturas destruídas durante o longo período de conflito armado que assolou o país.

No que se refere ao setor petrolífero, em 2008, ele representava cerca de 58,90% do PIB (BANCO NACIONAL DE ANGOLA, 2008), embora o relatório da Economist Intelligence Unit, denominado *Angola Country Profile* (2008), divulgue que nesse período o setor petrolífero representava cerca de 60% do PIB e 95% de todas as exportações. Porém, apesar da elevada geração de renda desse setor, a criação de empregos era muito pequena, de apenas 0,2% da população economicamente ativa. Como consequência, a maior parte da força de trabalho encontra-se empregada no setor informal. Ademais, o setor petrolífero apresenta-se pouco interligado com outros setores da economia.

Este cenário mostra claramente que o país ainda apresenta contrastes típicos de uma economia subdesenvolvida, visto que, segundo Souza (2012), o mercado informal, como no caso da economia angolana, é um setor que emprega grande parte da população.

Já em 2011, o setor petrolífero aumentou a sua participação na composição do PIB para 75%, demonstrando, de forma clara, o incremento da dependência da economia angolana no setor petrolífero (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2011).

A participação dos demais setores no PIB de Angola pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5 - Composição do PIB de Angola (2008)

Setor da Economia	Participação no PIB (%)
Petrolífero	58,90
Serviços	17,90
Agricultura	6,80
Construção Civil	5,20
Diamantes	1,10
Manufaturas	4,90
Outros	6,10

Fonte: Relatório do Departamento de Estatística do B.N.A (2008).

Conforme pode ser observado na Tabela 5, em 2008, o setor de serviços representava cerca de 17,90% do PIB. Porém, um expressivo volume de atividades desse setor estava direcionado para o apoio ao setor petrolífero. São exemplos, parte do setor bancário, dos serviços alfandegários de apoio à importação e exportação, entre outros.

O setor bancário tem-se expandido rapidamente desde o fim do conflito militar, de tal forma que, em meados de 2008, havia 18 bancos comerciais (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2008). Destes, dois eram estatais e sete privados. Apesar da melhora na concorrência nesse setor, os encargos bancários ainda permanecem elevados, e a gama de serviços ofertados tem sido limitada. Entre os principais produtos e serviços oferecidos pelo setor bancário, incluem-se o comércio bancário eletrônico, valores imobiliários do Banco Central, hipotecas, empréstimos e transferências eletrônicas, assim como a promoção dos produtos de poupança em Kwanza.¹² Segundo relatório da KPMG, o sistema bancário angolano tem-se desenvolvido em termos de tamanho e lucratividade, e a renda gerada por esse setor cresceu em média 24% entre 2010 e 2011 (WORLD FINANCE, 2012).

No setor comercial, apesar deste apresentar alguns supermercados e *shoppings*, ainda há um elevado número de mercados informais que empregam uma boa parte da força de trabalho.

¹² A economia angolana é totalmente dolarizada, e a moeda local, que é o Kwanza, ainda não oferece muita credibilidade, por isso os clientes mantêm os seus depósitos na moeda que oferece maior credibilidade no mercado: o dólar. Os bancos estão empenhados na promoção dos produtos de poupança em moeda local.

Quanto à agricultura, segundo o *Angola Country Profile* (2011), Angola era autossuficiente em alimentos e grande exportador de café no período antes da independência. Nesse período, a agricultura era responsável por 12 a 15% do PIB. Após a independência, esse cenário mudou e, em 2008, a agricultura representava somente 6,8% do PIB. Essa pouca participação é consequência de sua prática em apenas 10% das terras do país. Para justificar essa fraca participação, o PNUD (2007) entende que, além dos efeitos da guerra, que provocaram a deslocação, a disrupção das atividades de mercado e a instabilidade macroeconômica, destruindo as aptidões dos pobres e dos operários de investirem no seu próprio futuro, principalmente o investimento na gestão sustentável da terra, a degradação das terras constitui uma das maiores ameaças à economia nacional. Essa degradação se deve a fatores como a agricultura itinerante, desflorestação ou o uso insustentável das florestas, sobrepastoreio das terras de pasto, associado à falta de um planejamento sério para desenvolver o setor agrícola. As principais exportações do setor são constituídas por produtos como banana, café, óleo de palma e madeiras, enquanto produtos como mandioca, milho e batata são cultivados para o mercado interno. Destaca-se que muito da atividade agrícola é de subsistência com baixa produtividade e pouca mecanização.

Quanto aos recursos naturais, Angola apresenta inúmeras potencialidades econômicas em várias zonas de desenvolvimento, como os recursos agrícolas, em que, em sentido mais amplo, se incluem os da pecuária, os florestais – e ainda os da pesca e os minerais. As zonas de desenvolvimento foram determinadas pelo governo angolano em função das potencialidades econômicas das províncias que as integram. Essas zonas, bem como as províncias e os recursos naturais podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 3 - Potencialidades econômicas das regiões de desenvolvimento

ZONAS	PROVÍNCIAS	RECURSOS NATURAIS
NORTE	Cabinda, Zaire, Uíge e Kuanza Norte	Petróleo, madeira, milho, massangano, mandioca, batata, feijão, café, amendoim, pesca, madeira, fosfatos.
CENTRO/ LESTE	Malange, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwando Kubango	Diamantes, algodão, oleaginosas, mandioca, batata doce e rena, feijão, amendoim, alguns citrinos, madeira, hidroeletricidade de grande/pequena/média dimensão, ferro e manganês.
CENTRO/ OESTE	Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe	Café, madeira, ferro, manganês, granito e mármore, algodão, soja, palmeira de dendém, mandioca, girassol, batata, amendoim, feijão, hortícolas, banana, cana-de-açúcar, bonivicultura, madeira, ananás, manga.
SUL	Huila e Cunene	Milho, massango, massambala, soja, batata, feijão, palmeira de dendém, café, algodão, cana-de-açúcar, citrinos, pecuária de grande porte, pescas, banana, manga, hortícolas, ananás, amendoim, girassol, urânio, granito negro, mármore, hidroeletricidade de médio porte.
LUANDA/ BENGO	Luanda e Bengo	Indústria transformadora, refinaria, comércio, mandioca, banana, hortícolas, algodão, citrinos.

Fonte: Elaboração própria apartir da Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, 2001, 2007 e 2009.

Em termos industriais, Angola apresenta esse setor pouco desenvolvido, que produz, basicamente, bens de consumo e materiais de construção civil. O atraso observado nesse setor decorre em função de um mercado interno adverso, decorrente de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, custos elevados, corrupção, má qualidade dos serviços locais e aversão dos bancos locais para investimentos de longo prazo. Os segmentos que têm se destacado são os de bebidas e cimento. Em suma, é um setor ainda muito deficiente (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2008).

De acordo com o *Angola Country Report* (2012), em relação ao setor externo, Angola tem apresentado superávits no Saldo da Balança de Pagamentos basicamente impulsionados pela alta do preço do petróleo no mercado internacional, visto que o setor petrolífero representou 95% das exportações, em 2007, e 98,9%, em 2011. Em decorrência desse fato, as

receitas das exportações angolanas passaram de US\$ 9,5 bilhões, em 2003, para cerca de US\$ 45 bilhões, em 2007, representando um crescimento de aproximadamente 374%. As importações também cresceram ao longo desse período, porém a taxas bem inferiores, isso é, passaram de US\$ 5,4 bilhões, em 2003, para US\$ 12,3 bilhões, em 2007, ou seja, um crescimento em torno de 128%.

O setor aduaneiro apresentou um aumento substancial das receitas impulsionado pelo setor petrolífero. Essas passaram de US\$ 215 milhões, em 2000, para US\$ 1,6 bilhão, em 2007. Segundo o relatório *Angola Country Profile* (2008), do Economist Intelligence Unit, esse aumento nas receitas aduaneiras deveu-se à reestruturação do setor portuário que levou a melhorias na gestão da administração aduaneira.

Em 2011, os grandes destinos das exportações angolanas foram Ásia e Pacífico, enquanto a origem das importações foi basicamente a Europa, como pode ser observado na Tabela 6. Verifica-se, no caso, o grande peso da economia da China, principal destino das exportações angolanas, enquanto a principal origem das importações angolanas é Portugal.

Tabela 6 - Destino das exportações e origem das importações angolanas

Destino das Exportações	Participação em % 2011	Destino das Importações	Participação em % 2011
Ásia-Pacífico	52,5	Europa	45,8
América do Norte	26,5	Ásia-Pacífico	25,9
Europa	9,6	América do Norte	10,6
Outros Países	5,7	América Latina	8,0
África e Oriente Médio	3,8	África e Oriente Médio	7,7
América Latina	1,9	Outros Países	1,8

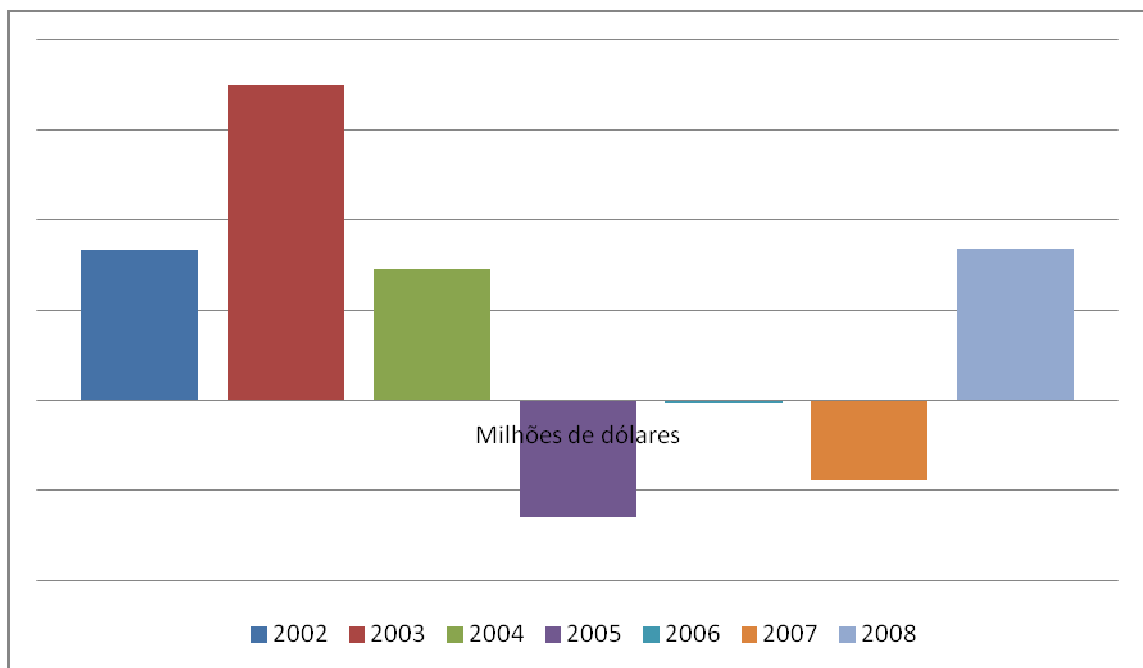
Fonte: Economist Intelligence Unit (2012).

Desde 2003, a conta-corrente vem registrando um grande superávit, que, em 2007, se estimava em US\$ 14 bilhões, equivalente a 29,8% do PIB.

É importante salientar que há uma percepção positiva dos investidores em relação à economia angolana, verificada quando se observa o fluxo de investimentos diretos estrangeiros (IED) em termos internacionais. Quando se avaliam esses fluxos, verifica-se que

Angola foi um dos países mais procurados pelos investidores privados nos últimos anos. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), entre 2000 e 2004, Angola recebeu US\$ 10,3 milhões em IED, mais do que a África do Sul ou a Nigéria. Um dos fatores considerados pouco impactantes para o crescimento sustentado da economia angolana seria o fato de a maioria dos investimentos diretos estrangeiros ter sido direcionada para o setor petrolífero, o que não tem impactado os outros setores da economia. Os saldos anuais, de 2002 a 2008, de IED podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Saldo (entrada e saída) de fluxos de investimentos estrangeiro direto em Angola



Fonte: World Investment Report 2012.

Esse afluxo de investimentos estrangeiros diretos tem sido atribuído a fatores como a intensidade do crescimento econômico, a relativa consolidação das finanças públicas, a estabilização dos agregados macroeconômicos e a evolução positiva do estoque de reservas internacionais, melhorando dessa forma a imagem externa do país (ALVES DA ROCHA, 2012).

Em termos sociais, o cenário atual não é dos mais otimistas. Por exemplo, em 2006, ano em que Angola obteve receitas provenientes da exportação do petróleo de mais de US\$ 30.000 milhões, mais de 70% da população vivia com menos US\$ 2 por dia. Ainda, a maior parte da população continua a não ter acesso a condições básicas de saúde, água potável e

saneamento básico, e uma em cada quatro crianças morrem antes de atingir um ano de idade (LUCAS, 2007. Segundo Oliveira (2012, p. 34), a deterioração das condições de vida da população em geral e o aumento da pobreza extrema é atribuída a fatores como a guerra civil, que assolou o país por mais 27 de anos; a adoção, por parte do governo, de políticas macroeconômicas inadequadas; a malversação das contas públicas e o peso da dívida externa.

O último relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), denominado Inquérito de Bem-Estar da População (IBEP), evidenciou que 36,6% da população angolana se encontram em condições de pobreza absoluta ou extrema,¹³ dos quais 18% residem na zona urbana e 58,3% na zona rural (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA, 2010, p. 13). Os dados desse relatório revelam, ainda, uma intensa desigualdade entre os ricos e os pobres, ou seja, 59% das receitas são arrecadadas pelos 20% mais ricos e que realizam 49% despesas; enquanto os 20% mais pobres arrecadam apenas 3% das receitas e realizam somente 5% das despesas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA, 2010, p. 12).

Essa indicação de desigualdade é reforçada pelo Relatório do Desenvolvimento Humano IDH, em que Angola tem apresentado um índice de 0,564 em 2009, o que lhe conferiu a 134ª posição em termos mundiais. Esse indicador tem piorado ao longo dos anos para Angola, chegando, em 2010, a um IDH de 0,403, fazendo o país cair para a 146ª posição entre os 169 países avaliados. Em 2011, Angola apresentou um IDH de 0,486, estando na posição 148ª mostrando essa variação negativa do IDH para Angola (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 15). Essa diferença de valores deve-se à nova metodologia de cálculo adotada pelo PNUD. No conjunto dos três anos analisados, pode-se verificar que, na realidade, houve uma pequena melhoria absoluta, mais uma perda relativa, ou seja, os demais países cresceram mais rapidamente do que Angola, que perdeu mais posições, ficando na 148ª posição.

Em relação ao setor da saúde, Angola apresenta uma infraestrutura deficiente e falta de recursos humanos qualificados, como médicos, enfermeiros e técnicos.

Em relação ao setor de educação, ela é caracterizada por poucos investimentos realizados pelo Estado na formação escolar-profissional (OLIVEIRA, 2012, p. 36-37). Segundo o IBEP, no ensino primário, a taxa de ocupação por crianças entre 12 e 17 anos é em torno de 58,8%, (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA, 2010, p. 4), o

¹³ Segundo Capucha (2005), pobreza absoluta ou extrema é a condição caracterizada por uma privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo saúde, comida, habitação, educação e informação.

que demonstra total atraso do sistema educacional e da própria criança, visto que uma sala de aula pode albergar crianças de diferentes faixas etárias.

Em suma, pode-se afirmar que, estruturalmente, a economia angolana é subdesenvolvida, porque, segundo Souza (2012),

- as empresas tendem a se concentrar nos centros mais bem dotados de infraestruturas; no caso da economia angolana, a maioria das empresas se concentra na capital do país, que é a província de Luanda, em função da infraestrutura de apoio logístico do setor petrolífero estar totalmente concentrada nessa cidade, aumentando, dessa forma, as desigualdades regionais;
- o lento crescimento do emprego do setor privado leva os governos a expandir o seu quadro de funcionários, o que aumenta o déficit público, tal é o caso da economia angolana, em que o governo é o principal empregador.
- em sua forma mais primitiva, a economia subdesenvolvida encontra-se compartimentada nos setores de subsistência de mercado interno e externo. Esses setores são de baixa produtividade, pouco monetizados, formando a agricultura tradicional de subsistência. Alguns incluem no setor de subsistência o segmento do setor terciário, que serve de refúgio aos desempregados urbanos, bem como aos empregados mal remunerados que buscam um complemento para as suas rendas em “biscates”, caso de Angola, onde o setor informal se encontra constituído por muitos mercados, agricultura de subsistência.

4.2 GARGALOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Os principais gargalos que impedem o crescimento sustentado da economia angolana podem ser discriminados como segue.

4.2.1 Dependência da Economia Angolana do Setor Petrolífero

A pouca diversificação da pauta de exportações é um dos grandes gargalos ao crescimento sustentado da economia e conseqüentemente ao desenvolvimento socioeconômico de Angola. Conforme analisado na seção anterior, a economia angolana é altamente dependente da exportação de produtos do setor petrolífero. Esse setor representava,

em 2011, 98,9% do valor das exportações, e os outros setores somavam apenas 1%. A participação dos segmentos no valor das exportações pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7 – Angola: composição das exportações (US\$ bilhões) em 2011

Setor	Percentual de participação no valor exportado
Combustíveis	98,9%
Pérolas/Pedras preciosas/Ouro	0,8%
Máquinas Mecânicas	0,1%
Subtotal	99,9%
Outros Produtos	0,1%
Total	100,0%

Fonte: MRE, Basil (2012).

Embora seja um setor relevante na formação de renda e a principal fonte de receita do governo angolano, o setor petrolífero gera muito poucos empregos. Em Angola, somente 0,2% da força de trabalho está ocupada nesse setor.

Ainda, esse setor possui baixíssimo impacto em termos de matriz de insumo produto, não se constituindo em indústria motriz capaz de influenciar o crescimento de outros setores do mercado, como entende Perroux, em sua teoria de polos de crescimento. Segundo esse autor, uma indústria motriz atrairia empresas satélites produtoras ou compradoras de matérias-primas, gerando um círculo virtuoso de crescimento regional. Dessa forma, como o setor petrolífero não atua como a indústria motriz, capaz de dirigir o crescimento sustentado da economia através de um impacto positivo sobre os outros setores com a finalidade de diversificar a pauta de exportações, seria necessário utilizar as receitas desse setor para desenvolver outros segmentos industriais que possam promover o crescimento sustentável. Porém, infelizmente, essa tem sido uma realidade distante em Angola, pois, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2007, houve desvios das receitas do setor petrolífero. De acordo com essa fonte, 20% de todas as verbas pagas pelas petrolíferas ao governo angolano desaparecem anualmente em contas bancárias privadas (LUCAS, 2007).

Ainda é preciso destacar que economias dependentes do setor petrolífero, como é o caso de Angola, estão sujeitas a um risco elevado em relação à grande volatilidade do preço

do petróleo no mercado internacional. Por isso, a diversificação da pauta de exportação via ativação planejada de outros setores da economia se torna a principal alternativa de mitigação do risco.

4.2.2 Fragilidade Institucional

A fraca qualidade institucional tem sido apontada como um dos principais gargalos ao crescimento sustentado da economia angolana. Essa fragilidade é compreensível em função dos 30 anos de uma violenta de guerra civil. Logo, considerando que o processo democrático que se instaurou após essa sangrenta guerra é recente, então, há muito a ser construído em termos de fortalecimento das instituições, de forma que essas possam ser o baluarte para a estabilidade política e a criação de um ambiente de negócios favorável aos investimentos internos e estrangeiros.

Ou seja, o que se observa na economia angolana, em meados da década de 2010, é a existência de instituições democráticas pouco consolidadas e consideradas de fraca qualidade, estimulando os investimentos diretos estrangeiros para o setor petrolífero, pois esse é considerado o de menor risco para os investidores em termos institucionais e ao mesmo tempo em termos de risco operacional, gerando, assim, maior garantia de retorno dos investimentos. Esse processo acaba gerando um círculo vicioso na economia angolana, que passa a ser cada vez mais dependente desse setor e a ter instituições cada vez mais frágeis, pela possibilidade de controle dessas atividades por parte dos governantes.

Muitos autores associam a existência de uma relação positiva ou negativa entre a dependência da economia nos recursos naturais e a má qualidade das instituições, quer políticas quer econômicas, mas existem muitas divergências sobre essa relação, segundo Krause (2011, p. 4). O incremento inesperado de recursos fiscais provenientes da exploração e comercialização dos recursos naturais gera receitas facilmente capturadas pelos governos, tornando-os independentes dos contribuintes e conferindo-lhes recursos para subornar os grupos de pressão, evitando a necessidade de um pacto do tipo impostos em troca de instituições representativas. Já Dunning (2008) entende que o *boom* dos recursos naturais seria uma grande benção para os países pobres, visto que as elites dos países que apresentam uma distribuição desigual da renda apoiariam a sua redistribuição entre os setores mais pobres, quando existe certa qualidade das instituições políticas e econômicas.

Ao contrário desses autores, que admitem haver certa relação entre os recursos naturais e a fraca ou forte qualidade das instituições, Haber e Menaldo (2010) afirmam não haver nenhuma relação entre a descoberta de recursos naturais e a deterioração das instituições democráticas. Nesse mesmo sentido, Mehlum *et al.* (2005) entendem que a descoberta de um recurso ou *boom de commodities* não necessariamente gera a deterioração das instituições, mas admitem a existência de uma tensão entre as atividades de produção e formas especiais de procura de receitas; nesse caso, quando as instituições são sólidas e de boa qualidade, as atividades de *lobby* podem ser complementares das atividades produtivas. Isto é, quanto melhor for a qualidade institucional, menor será a rentabilidade da procura de receitas e maior será a das atividades produtivas; nesse caso, os empreendedores vão se localizar nessas atividades produtivas, evitando, dessa forma, a procura de privilégios. Mas quando a qualidade institucional é baixa, a procura de receitas atrai o esforço empreendedor de políticos, funcionários, empresários e sindicalistas para atividades improdutivas, para a mera partilha dessas receitas, isto é, para o benefício próprio desses agentes.

No caso de Angola, a qualidade institucional tem sofrido certa deterioração nos últimos anos, o Índice de Qualidade Institucional 2011 mostra claramente que Angola sofreu um decréscimo, saindo da posição 171^a, em 2007, para a 181^a, em 2011, como pode ser observado no Quadro 3. Esse indicador é importante, pois ele informa sobre a qualidade de dois componentes principais: um relativo à qualidade das instituições políticas e outro à qualidade das economias (IPN, 2011).

Quadro 4 – Angola: Índice de Qualidade Institucional (IQI)

PAÍS	IQI 2011	2011	2010	2009	2008	2007
Angola	0,1164	181	174	179	178	171

Fonte: IPN, International Policy Network (2011).

Avaliando a estrutura institucional e o ambiente de negócios, o relatório *Doing Business* (2013), do Banco Mundial, estabelece, para o indicador facilidade para fazer negócios, um índice para 185 economias, em que 1 é a melhor posição e 185 é a pior, no qual Angola foi classificada na 174^a posição, em 2012, e na 172^a, em 2013. Ou seja, ocorreu uma pequena melhora de 2012 para 2013, embora sua posição seja uma das piores do mundo. Ainda, segundo o Banco Mundial, da região da África subsaariana, Angola é o país que

apresentou menores melhoras nesse indicador entre os países pertencentes a essa região. Fato esse atribuído à fraca qualidade das instituições democráticas e econômicas.

Esse indicador é composto por diversos itens, como pode ser observado na Tabela 8, que mostra a posição de Angola em cada um deles.

Tabela 8 - Posição de Angola nos itens que compõem o indicador facilidade para fazer negócios (2012 e 2013)

Item	Classificação		Alteração de 2012 para 2013
	2013	2012	
Geral	172	174	↑ 2
Abertura de empresa	171	167	↓ -4
Obtenção de alvarás de construção	124	111	↓ -13
Obtenção de eletricidade	113	145	↑ 32
Registro de propriedades	131	132	↑ 1
Obtenção de crédito	129	127	↓ -2
Proteção de investidores	70	66	↓ -4
Pagamento de impostos	154	150	↓ -4
Execução de contratos	164	164	Estável
Resolução de insolvência	183	183	Estável
Comércio entre fronteiras	162	163	↑ 1

Fonte: Relatório *Doing Business* do Banco Mundial e da *International Finance Corporation* (IFC) (2013).

Conforme pode ser observado na Tabela 8, os itens com as piores avaliações pelo Banco Mundial foram o de resolução de insolvência, abertura de empresas e execução de contratos. Todos esses itens estão diretamente relacionados com o interesse dos investidores privados. O tempo necessário para se abrir uma empresa, decorrente da burocracia atrelada a ela, o risco associado à solução de uma insolvência e as dificuldades em se garantir a execução de contratos são fatores que impactam fortemente nos riscos dos negócios, além de serem altamente desmotivadores aos investimentos privados.

4.2.3 Existência de Mercado Informal

A maior parte da força de trabalho está empregada no mercado informal. Essa informalidade se origina da fragilidade institucional e é impregnada pela burocracia e corrupção nos processos das organizações. Assim, ao mesmo tempo que a informalidade resulta desses elementos, ela causa redução da estruturação institucional, gerando um círculo vicioso de crescimento. Assim, é preciso interromper esse movimento para permitir a estabilidade das instituições e fortalecimento destas, ampliando o processo democrático, melhorando as condições de fazer negócio e atraindo investimentos diretos em outros segmentos da economia que não o setor petrolífero. Ou seja, a maior parte da força de trabalho encontra-se ocupada no setor informal (WALGE INDICATOR, 2009), constituída pelos mercados informais e ainda pela agricultura de subsistência. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, para o mercado angolano, em 2002, dos cerca de 5 milhões de pessoas economicamente ativas com idade entre 16 e 64 anos, 73%, ou cerca de 3.650.000 pessoas estavam envolvidas em atividades agrícolas. Entre 2001 e 2002, cerca de 80.000 destas estavam envolvidas na agricultura comercial, enquanto todas as outras estavam empregadas na agricultura de subsistência. Outros 10%, aproximadamente 500.000 pessoas, estavam envolvidos em qualquer forma de indústria, e 17%, cerca de 850.000 em serviços. Destas, 5 milhões de pessoas, 1.350.000 estavam subdivididas em: 200.000 no funcionalismo público; das restantes 1.150.000 pessoas, 420.000 tinham uma relação laboral formal, e 730.000 tinham trabalho informal; adicionando a este número as pessoas que vivem da agricultura de subsistência, pode-se chegar a 4,3 milhões de pessoas com trabalho informal, o que Rodan chamaria de desemprego disfarçado.

Segundo o círculo vicioso de Nurske, a acumulação insuficiente de capital vai gerar lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores; estes, por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzido mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A exígua propensão marginal a investir resultante fecha o círculo vicioso do subdesenvolvimento, o que vai gerar acumulação insuficiente de capital.

Assim o lento crescimento da acumulação de capital e o subdesenvolvimento explicam-se mutuamente. Do lado da demanda, o reduzido estímulo ao investimento também fica explicado por ele: o baixo nível de consumo da população explica a baixa propensão a investir; esta, por sua vez, entrava o crescimento do consumo ao limitar a expansão da renda, e a solução para a saída desse círculo vicioso seria a aplicação planejada de capital em

diversas indústrias ou ainda uma aplicação de capital sincronizada em uma ampla gama de indústrias diferentes, provocando a ampliação geral do mercado e um melhor aproveitamento da renda e do capital gerados. Então a adoção dessa estratégia levaria o governo angolano a realizar grandes investimentos em uma vasta gama de indústrias e levaria, em uma primeira fase, à criação de indústrias leves, isto é, intensivas em mão de obra. Para isso, seria necessário o treinamento e a habilitação da mão de obra, e os custos inerentes a esse treinamento estariam sob responsabilidade estatal.

4.3 OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA ANGOLANA

As principais oportunidades que o governo angolano pode utilizar para promover o crescimento sustentado e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico de Angola são descritas nas subseções que seguem.

4.3.1 Receitas Fiscais

As robustas receitas fiscais criadas pelas exportações de produtos do setor petrolífero se constituem em uma das principais oportunidades que o governo pode utilizar para promover o crescimento sustentado da economia e conseqüentemente o desenvolvimento socioeconômico do país. Analisando as receitas petrolíferas, é importante sinalizar que, devido ao grande *boom* observado no preço internacional, essas receitas tiveram um crescimento expressivo nos últimos anos, saindo de US\$ 4,5 bilhões em 2002, para US\$ 42,4 bilhões.

Nesse sentido, o governo angolano poderia se utilizar das suas vastas receitas para promover o desenvolvimento de outros setores da economia para a diversificação da própria pauta de exportação e atenuar a total dependência da economia pelo setor petrolífero.

Segundo Souza (2012), para livrar uma região do subdesenvolvimento, seria importante adotar algumas estratégias que levassem à redução dos custos médios, à elevação da taxa de lucro, à atração de novos investimentos e à geração de um processo acumulativo de crescimento. No caso de Angola, seria interessante adotar algumas estratégias para desenvolver outros setores da economia e que levasse à expansão do mercado interno via aumento da demanda e da oferta. Nesse sentido, poderia se adotar para Angola alguma estratégia de industrialização, que melhor se adéque à realidade do mercado angolano. Neste

trabalho, abordam-se duas estratégias de industrialização: o crescimento equilibrado ou estratégia de grande impulso (*big push*) e o crescimento desequilibrado como estratégias de desenvolvimento.

4.3.2 Estratégia de crescimento equilibrado

Se o governo angolano adotasse o *big push* ou a estratégia de crescimento equilibrado ou estratégia de grande impulso como estratégia de desenvolvimento, seria de grande realce para o mercado angolano, visto que ele deixaria a estratégia atual de fazer investimentos isoladamente nas poucas indústrias existentes. A adoção dessa nova estratégia levaria o governo a realizar investimentos em diversas áreas ou setores industriais, permitindo o crescimento industrial e a criação de um mercado consumidor capaz de suportar a oferta gerada. Nesse caso, a realização desses grandes investimentos em diversos setores industriais levaria também ao fomento do mercado interno através da expansão do emprego e da renda.

4.3.3 Estratégia de Crescimento Desequilibrado

Pela adoção da estratégia do crescimento desequilibrado como estratégia de desenvolvimento, isto é, em caso de escassez de capital, o Estado angolano realizaria investimentos em alguns setores-chave da economia com capacidade de impactar os restantes setores. Nesse sentido, seria necessário transformar o setor petrolífero em indústria motriz capaz de criar, em redor dele, empresas satélites compradoras ou vendedoras de matérias-primas. Tal a visão de Perroux, em a sua teoria de polos de crescimento, seria importante a definição de algumas regiões-chave, que seriam os possíveis polos. No caso de Angola, seria importante a definição de polos, que, segundo Rocha (2010, p. 19), delimita cinco regiões ou polos de crescimento, baseando-se em critérios, como a existência de recursos naturais e a contiguidade territorial, que possa facilitar o lançamento de obras de recuperação de infraestruturas de incidência interterritorial, favorecendo, dessa forma, as vias secundárias e terciárias de comunicação. Houve o cuidado de se observar o agrupamento de províncias produtoras de petróleo e diamante, que são os dois principais recursos naturais do país em termos de produção e geração de rendimento e divisas.

As cinco regiões ficam assim distribuídas:

- Luanda/Bengo, com as províncias de mesmo nome;

- Região Norte: Cabinda, Zaire, Uíge e Kuanza Norte;
- Região Centro/Leste: Malange, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango;
- Região Centro/Oeste: Kuanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe;
- Região Sul: Huíla e Cunene.

No entanto, essa delimitação na prática tem-se mostrado pouco viável, visto que a província do Bengo, que fica localizada a poucos quilômetros da capital, Luanda, não tem sido impactada pela situação econômica favorável de Luanda. Seria interessante, na adoção dessa estratégia, a reforma das regiões produtoras de petróleo e diamante, com a finalidade de impactar as regiões vizinhas, assim como o restante das regiões.

Essas são as três alternativas capazes de levar Angola à industrialização e, conseqüentemente, ao crescimento sustentando e ao desenvolvimento socioeconômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo abordar as bases que sustentam o crescimento econômico de Angola, observando os gargalos e as oportunidades para o desenvolvimento econômico desse país. Para tanto, elaborou-se uma revisão teórica dos principais autores que trataram do tema desenvolvimento econômico. Em seguida, analisaram-se os principais relatórios publicados sobre a economia de Angola, buscando identificar os principais gargalos que impedem o crescimento sustentado de sua economia, determinando, também, seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico do país. Por fim, especificaram-se as principais potencialidades ou oportunidades para promover o desenvolvimento socioeconômico dessa região.

Nesse sentido, em um primeiro momento, procurou-se sintetizar a história econômica de Angola, demonstrando que antes da colonização já existia uma organização administrativa, econômica e política, denominada reinos pré-coloniais. Já na fase colonial, a economia se denominava agroexportadora, baseada simplesmente na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas para a indústria existente na metrópole ou potência colonizadora. Até duas décadas antes do fim da colonização por Portugal, não se observavam, em Angola, políticas de industrialização. Esse ambiente era diferente para o caso da África do Sul, atualmente um país emergente, o qual herdou da colonização inglesa uma estrutura industrial favorável, que teve impacto positivo no cenário econômico atual.

Após a proclamação da independência, Angola mergulhou em uma guerra civil que até hoje se constitui em uma das justificativas elencadas pelas autoridades angolanas para muitos dos problemas sociais e econômicos que o país enfrenta. O conflito armado foi responsável pela destruição da pouca infraestrutura deixada pelo colono português. Durante esse período, denominado de “pós-independência” no contexto deste trabalho, a economia angolana foi e continua a ser totalmente dependente do setor petrolífero, intensivo em capital, que não tem conseguido ser a indústria motriz capaz de impactar outros setores da economia. Com efeito, essa forte dependência da economia ao setor petrolífero constitui um dos principais gargalos ao crescimento econômico sustentado e, conseqüentemente, ao desenvolvimento socioeconômico do país. Outro grande gargalo é a fraca qualidade institucional que impacta negativamente no crescimento da economia, a fraca credibilidade das instituições no mercado internacional, a qual direciona a maioria dos investimentos diretos estrangeiros para o setor petrolífero. Ademais, observa-se que o setor informal e a agricultura de subsistência

empregam boa parte da força de trabalho. Já a principal oportunidade que pode ser aproveitada para o desenvolvimento socioeconômico de Angola está relacionada com a grande elevação do preço internacional do petróleo, resultando em somas significativas de dólares em receitas fiscais auferidas pelo Estado angolano. Nesse sentido, o setor petrolífero pode ser o grande motor para a realização de ações planejadas para a promoção dos outros setores da economia angolana, objetivando diversificar a pauta de exportação e também diminuir a dependência econômica do setor petrolífero.

Muitos economistas admitem que uma das estratégias que os países subdesenvolvidos podem adotar para sair da situação de subdesenvolvimento seria a industrialização. Para a realidade angolana, o Estado teria a responsabilidade de fomentar os grandes investimentos em um conjunto de setores industriais (*big push*). Essa estratégia passaria pela capacidade do Estado de financiar os investimentos em infraestrutura e o treinamento da mão de obra que se encontra no mercado informal e no setor agrícola de subsistência. A principal fonte de financiamento encontrar-se-ia no setor petrolífero, possibilitando o planejamento da economia, visando ao impacto nos outros setores da economia e à diversificação da própria economia. Sendo o mercado interno ainda de pequeno porte, com pouco menos de 19 milhões de habitantes, esses setores industriais em expansão estariam voltados, também, para a exportação, ou seja, a melhor opção seria a especialização econômica e a integração via comércio exterior com a África subsaariana.

Ainda, seria necessária maturidade institucional na implementação da estratégia proposta. É fundamental a integração entre as várias agências do governo angolano, visto que não basta apresentar um planejamento econômico bem estruturado, é importante capacidade de implementação no prazo proposto. Por isso, torna-se necessária uma integração institucional no interior do governo de Angola.

REFERÊNCIAS

- ALVES DA ROCHA. **Os grandes desafios do crescimento econômico de Angola**. Luanda. CEIC, 2012.
- ANTUNES, D. J. N *et al.* **Crescimento econômico e pobreza**. CESIT, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. 2005. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/sites/default/files/wdi05fulltext.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- _____. **World Development Indicators**. 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/91495960/World-Development-Indicators-2012>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Relatório Estatístico**. 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. FGV, 2006.
- BURITY, P. J. **Angola: história recente, credibilidade dos gastos e contas pública**.
- CARDOSO, F. G. **O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal**. Fipe, 2012. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2012/8_13-18-fern.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- CNUCED. **World Investment Indicators**. 2011.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 15, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais de Angola**. 2012.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Angola Country Profile**. 2011.
- _____. **Angola Country Profile**. 2008.
- _____. **Angola Country Report**. 2012.
- FERREIRA, E. S. **A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74**. Lisboa, 1985.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. Campinas, 1992.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória de uma Região Periférica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

GUIMARÃES, V. Raul Prebisch e a Teoria Neo-Schupetariana: principais pontos de convergência. **Revista Eletrônica de Economia**, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/revista_economia/artigos/edicao3/artigo_30004.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2012.

HABER, S. H.; MENALDO, V. A. **Natural resource in Latin America**: neither curse nor blessing. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1625504>. Acesso em: 25 jan. 2012.

HUAMBO DIGITAL. **Angola pré-colonial e a chegada dos portugueses**. 2006. Disponível em: <<http://huambodigital.com/angola-pre-colonial-e-a-chegada-dos-portugueses>>. Acesso em: 5 out. 2012.

INDEX. **Maps of Africa**. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=index+maps+of+%C3%A1frica&hl=pt-BR&safe=off&sa=X&tbo=u&tbm=isch&source=univ&ei=sKEaUceuGoP89QTS4ICICw&ved=0CDMQsAQ&biw=1366&bih=667#imgrc=JgYtgoveuK459M%3A%3BQanuDFqdnotsM%3Bhttp%253A%252F%252Fwaterwiki.net%252Fimages%252F6%252F68%252FAfrica_water.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwaterwiki.net%252Findex.php%252FMap%253A_Water_Resources_in_Africa%3B927%3B843>. Acesso em: 20 nov. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). **IBEP**: Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População 2008-2009. Luanda: INE, 2010. 13 p.

JAYME JÚNIOR, F. G. Comércio Internacional e Crescimento Econômico: O Comércio Afeta o Desenvolvimento? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 69, 2001.

KUZNETS, S. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. **A Economia do subdesenvolvimento**. Contraponto, 2012. p. 163-179.

LUCAS, A G. **A maldição dos recursos**: riqueza que gera pobreza. 2007. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEIfpFAZVZiiLuCGrM>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

NETO, A. M. **A industrialização de Angola**: reflexão sobre a experiência da administração portuguesa, 1961-1975. Lisboa: Escher. 1991.

KRAUSE, M. **Índice de qualidade institucional**. IPN, 2011.

MEHLUM *et al.* Cursed by resource or institutions. 2005. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/nst/samfok/5705.html>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

MENEZES, Solival. **Mama Angola**: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: Fapesp, 2000.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Luanda: Minplan, 2010. 84 p.

MOURA, R. F. *et al.* **Economia de Angola**. Cidade: Bertrande, 1991.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da doença holandesa no Brasil**. Documento de pesquisa, instituto do comércio e negociações internacional, São Paulo, 2006.

VALÉRIO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula. **A evolução econômica de Angola durante o segundo período colonial** - Uma tentativa síntese, 1994.

NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico, 195. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. **A Economia do subdesenvolvimento**. Contraponto, 2012. p. 277-91.

OLIVEIRA, S. **Olhar a pobreza em Angola**: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. Lisboa: CEA, 2012.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **Nas sombras do subdesenvolvimento**: subdesenvolvimento e problemática regional em Celso Furtado. Campinas: Alínea, 2005.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Porto, 1967.

PREBISCH, R. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Recorde, 2000. p. 137-178.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano**. 2010. 253 p. Disponível em: <<http://www.undp.org>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

RELA, J. M. Z. **Angola**: entre o presente e o futuro. Lisboa: Escher, 1992.

RIMA, I. H. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1990.

ROCHA, A. **Os grandes desafios do crescimento econômico de Angola até 2017**. UCAN, 2012.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. 1943. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. **A Economia do subdesenvolvimento**. Contraponto, 2012. p. 265-75.

SACHS, J. D.; WARNER, A. W. The big push, natural resource booms and growth. **Jornal of Development Economics**, n. 59, p. 43-76, 1999.

SALAMA, P. **Pobreza: luz no fim do túnel**. 2008. Disponível em:
<http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza_luz_no_fim_do_tunel@br.pdf>.
Acesso em: 6 out. 2012.

SINNOT, E.; NASH, J.; DE LA TORRE, A. **Recursos naturais na América Latina**. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC; World Bank, 2010.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

VALERIO, N.; FONTOURA, M. P. A evolução econômica de Angola durante o Segundo Período Colonial: uma tentativa síntese. **Análise Social** 129, 1994.

WALGE INDICATOR. Visão geral do trabalho e emprego em Angola. 2009.

WORL BANCK. **World Development Indicators**. 2011.

WORLD BANK AND INTERNATIONAL FINANCE (IFC). **Relatório Doing Business**. 2013.

WORLD FINANCE. Baking Awards 2012.

**ANEXO A – SALDO (ENTRADA E SAÍDA) DE FLUXOS DE INVESTIMENTOS
ESTRANGEIRO DIRETO EM ANGOLA**

SALDO (ENTRADA E SAÍDA) DE FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRECTO EM ANGOLA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Milhões de dólares	1672	3505	1449	-1304	-38	-893	1679

FONTE: World Investment Report 2012.